



GESTÃO E CIDADANIA: CUSTOS E FINANÇAS

MECANISMOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA COMO FACILITADORES DE ACESSO AO CAPITAL E MELHORA DA RENTABILIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS COMPANHIAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA DA BMF&BOVESPA

Colla, Roberta¹(G); Carreira, Fernanda O.¹(G); Bergamini, Juliana L. O.¹(O)
roberta_colla@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

O setor de energia elétrica é de fundamental importância ao desenvolvimento econômico e social e no ano de 2017 apresentou um crescimento de 0,8%, o qual se configura como o primeiro resultado positivo dos últimos três anos. Devido a esta relevância, o presente trabalho se propôs a realizar uma análise da estrutura de capital das empresas do setor de energia elétrica listadas nos níveis diferenciados de Governança Corporativa da BMF&BOVESPA (N1, N2 e NM) no ano de 2017 para verificar a influência das dívidas nos resultados dessas empresas (retorno sobre os investimentos e retorno sobre o capital próprio) de forma a comparar os resultados com os níveis de Governança Corporativa. Como objetivo geral almejou-se verificar se os retornos para cada nível de Governança Corporativa aumentaram à medida que as dívidas aumentaram, dado que há o benefício fiscal da dívida no pagamento de impostos e que o uso da dívida ajuda a alavancar os resultados e a melhorar o retorno para os acionistas. Como objetivos específicos têm-se a apresentação de conceitos e estudos acerca da estrutura de capital empresarial e de sua relação com os retornos sobre o investimento e sobre o capital próprio, bem como sobre Governança Corporativa e o uso de seus mecanismos para facilitar o acesso ao capital. Para tanto, a metodologia empregada foi um estudo qualitativo descritivo com procedimentos técnico-bibliográfico e documental, com a coleta de dados, em suma, sobre: ativos, estrutura de capital, lucro líquido e níveis de Governança Corporativa para o ano de 2017. Concluiu-se que as empresas com maiores retornos sobre o investimento e sobre o capital próprio empregado concentram-se primeiramente no nível diferenciado N2 e em seguida no Novo Mercado (NM), ambos os níveis tidos como os que mais exigem transparência das informações das empresas e que, portanto, auxiliam na captação de recursos.

Palavras-chave: Estrutura de Capital, Governança corporativa, Retorno sobre investimento, Retorno sobre capital Próprio.

O CUSTO DA MÃO DE OBRA PARA COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ORGANIZACIONAL: COM ESTUDO EM MICROEMPRESAS.

Pereira, Mikaela M. F.¹(G); Pereira, Paloma F.¹(G); Lopes, Rodrigo J.¹(O)
mikaelamarcela@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Grande é a contribuição das microempresas para como contexto econômico de um país. Entretanto, apesar da sua importância, muitas são as dificuldades relacionadas à gestão do pequeno empresário. Um dos grandes desafios diz respeito ao contexto do correto apontamento dos custos, em especial, dos gastos relacionados para com a mão de obra. O objetivo geral do estudo foi verificar como que a utilização de um modelo ilustrativo sobre o custo da mão de obra pode contribuir no planejamento empresarial de microempresas. O presente estudo fez uso do método qualitativo e exploratório, mediante um estudo de campo. A coleta de dados foi realizada mediante utilização de um questionário semiestruturado, direcionado a dois microempresários. No questionário em questão foi disponibilizado um exemplo prático do custo da mão de obra considerando o enquadramento tributário e ramo de atuação das empresas abordadas. Dentre os principais resultados evidenciou-se que o modelo ilustrativo desenvolvido contribuiu para a compreensão do custo de um funcionário, auxiliando na gestão e no planejamento empresarial para com o contexto dos reais gastos com a mão de obra. Concluiu-se que a maior contribuição identificada foi à compreensão de todos os cálculos (INSS, FGTS, Insalubridade e afins) que são elaborados e os direitos que os funcionários usufruem. Em ambas as empresas abordadas a folha de pagamento, assim como a contabilidade, é terceirizada, ou seja, os empresários tinham apenas como informação básica o quanto precisavam pagar para o funcionário no mês, mas não compreendiam seu detalhamento. Percebe-se que a troca de informações entre escritório contábil e empresários precisa ser lapidada, expondo de forma mais detalhada os gastos e obrigações, possibilitando, assim, a utilização destas para com o planejamento estratégico empresarial.

Palavras-chave: Microempresa, Planejamento estratégico, Custo da mão de obra, Modelo ilustrativo.

[Inscrição 2759]

A INFLUÊNCIA DA CONSULTORIA EMPRESARIAL PARA A REDUÇÃO DOS CUSTOS DE SUPRIMENTOS: UM ESTUDO EM UMA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA

Alves, Bruna L.¹(PG); Fernandes, Daiara C.¹(PG); Marques, Deiviane S.¹(PG); Lopes, Rodrigo J.¹(O)

bruuunaalves@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Diante de um cenário de intensa competitividade, as organizações despertam a necessidade de adaptar-se estrategicamente às exigências políticas, sociais e econômicas do mercado. Neste contexto, a consultoria surge como uma ferramenta de ajuda para os empresários. A cadeia de suprimentos envolve todas as atividades relacionadas com o fluxo e transformação de mercadorias, desde a extração da matéria-prima até o usuário final. Cabe ressaltar a importância do planejamento e controle da cadeia de suprimentos. O objetivo geral do presente artigo foi auferir de que forma a consultoria empresarial na área de suprimentos influencia para a redução dos custos de uma indústria sucroalcooleira. O presente estudo fez uso do método qualitativo e exploratório, através de um estudo de campo. Para realizar a coleta de dados foi aplicado um questionário semiestruturado, direcionado à supervisora do setor de suprimentos e para o consultor da empresa de consultoria que estava em fase de finalização do projeto no período de aplicação do questionário. Dentre os principais resultados evidenciou-se que a consultoria empresarial tem influência na redução dos custos relacionados à atividade de suprimentos. Os principais problemas para a realização da consultoria foram a dificuldade em mudar a cultura de pessoas resistentes a mudanças, a falta de controle na cadeia de suprimentos e a falta de gestão na área, sendo estas falhas as principais responsáveis pelo alto custo de estoque. Concluiu-se que vários benefícios foram obtidos em virtude do processo de consultoria, tais como melhoria no controle de utilização de insumos, combustíveis, lubrificantes e peças, melhoria no planejamento de compras e ferramentas de gestão utilizadas na sua plenitude, otimizando, assim, o investimento.

Palavras-chave: Custos, Cadeia de Suprimentos, Consultoria, Logística.

[Inscrição 2742]

PRINCIPAIS ASPECTOS MOTIVACIONAIS PARA COM O PROCESSO DE MUDANÇA DE FUNÇÃO: UM ESTUDO COM GESTORES E COLABORADORES

Somer, Carina L.¹(PG); Somer, Edrisana V. L. V.¹(PG); Cardoso, Joice A.¹(PG); Silva, Elenir¹(PG); Lopes, Rodrigo J.¹(O)

carina_somer@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

A dinâmica do mercado está diretamente relacionada ao contexto financeiro, atribuindo grande importância e participação das empresas que atuam neste setor. Percebe-se que independente do tipo de empresa o fator humano representa um dos principais recursos para se atingir os objetivos organizacionais, garantindo, assim, o sucesso da organização. Desta forma, a motivação do funcionário, em especial, para com o contexto de mudança função, assume posição estratégica para com o contexto da gestão de pessoas. Sendo assim, o objetivo geral do estudo foi verificar quais os principais fatores motivacionais relacionados ao processo de mudança de funções em instituições financeiras, relacionando o ponto de vista de gestores e funcionários para com a temática em questão. Para tanto, o presente estudo fez uso do método qualitativo e exploratório, mediante um estudo de campo, cuja coleta de dados ocorreu mediante aplicação de questionários semiestruturados em uma instituição financeira privada. Dentre os principais resultados para com as principais dificuldades decorrentes de um processo de mudanças de função, os gestores relataram que o fator principal é a falta de vontade do próprio funcionário promovido, bem como a falta de conhecimento na nova função. Considerando o ponto de vista dos funcionários, o aspecto expectativa na carreira representa grande contribuição motivacional para com o contexto de mudança de cargo. Conclui-se que, para os gestores, os fatores motivacionais diretamente relacionados com a mudança de cargo de um funcionário são: demonstrar boa vontade pelo próprio colaborador, treinamento para o cargo e comprometimento (controle entre as partes). Já para os funcionários, os principais fatores motivacionais para mudança de cargo são: a expectativa da carreira (crescimento profissional), apoio da equipe e conhecimento operacional.

Palavras-chave: Instituição Financeira Privada, Mudança de Função, Motivação.

[Inscrição 2787]

O USO DO BALANCED SCORECARD NA GESTÃO DE RISCO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Andrade, Isabela S.¹(G); Carao, Naiara P. C.¹(G); Oliveira, Juliana L.¹(O)
isabela_andrade_07@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Cooperativas de crédito são instituições financeiras formadas pela associação de pessoas para prestarem serviços financeiros exclusivamente aos seus associados, os chamados cooperados. Estes são, portanto, donos e usuários das cooperativas a que se associam, de forma a participarem de sua gestão e usufruírem de seus produtos e serviços. Como principais vantagens frente aos tradicionais bancos têm-se reduzidas taxas de juros, rendimentos das aplicações dos recursos superiores aos de mercado e atendimento diferenciado, posto que o associado além de ser cliente, é um dos donos da cooperativa. Atualmente, verifica-se um crescimento expressivo desse tipo de cooperativa em âmbito nacional, o que implica em uma melhora de sua gestão a fim de proteger o patrimônio de seus cooperados contra a inadimplência dos tomadores de crédito. Surge, portanto, como objetivo geral do presente artigo a apresentação das vantagens do método Balanced Scorecard no auxílio ao planejamento estratégico das cooperativas de crédito para minimização do risco financeiro, dado que a minimização do risco de retorno do crédito liberado aumenta a eficiência da cooperativa de crédito e a rentabilidade dos associados. Como objetivos específicos, constam as abordagens de planejamento estratégico e de risco financeiro em cooperativas de crédito, o que suporta a relevância da tratativa desses tópicos para o crescimento sustentável destas cooperativas. Para tanto, foi utilizada como metodologia um estudo de natureza qualitativa com procedimento técnico bibliográfico para levantamento das informações acerca dos objetivos. Como resultado, foi encontrado que o Balanced Scorecard é um sistema de gerenciamento que prima pelo planejamento integrado, pela exposição das estratégias a todos os envolvidos e pela medição do desempenho financeiro, de forma que todos possuam uma visão mais equilibrada do desempenho financeiro da empresa. Por fim, conclui-se que esse método possibilita amplo comprometimento da administração, diretores e gestores visando o desenvolvimento sustentável de todo o sistema cooperativo de crédito.

Palavras-chave: Cooperativas de Crédito, Risco Financeiro, Gestão, Balanced Scorecard.

[Inscrição 2707]

A INTEGRAÇÃO DE SETORES MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE FLUXOGRAMA: UM ESTUDO NO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS.

Moraes, Mayara¹(PG); Caetano, Vitoria D.¹(PG); Silva, Lara F. S.¹(PG); Lopes, Rodrigo J.¹(O)

mmayaramoraess@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

A dinâmica de mercado exige que as empresas busquem cada vez mais melhorar a eficiência operacional. Falhas na realização das principais operações da organização impactam fortemente na produtividade dos mais variados setores, prejudicando, assim, o desempenho organizacional. Neste contexto, uma ferramenta de grande ajuda para planejamento e controle operacional é o Fluxograma. Um fluxograma é todo e qualquer gráfico que apresente um fluxo onde os processos são evidenciados passo a passo. Ele pode ser aplicado a qualquer organização e possibilita uma visão clara e prática dos processos da empresa, visando assim ajudar a localização de seus pontos críticos. O principal objetivo do trabalho foi averiguar como a aplicação de um fluxograma pode ajudar na integração de processos em uma organização varejista de insumos agrícolas. O presente estudo fez uso do método qualitativo e exploratório, mediante um estudo de campo. A coleta de dados foi executada por meio da aplicação de um formulário semiestruturado, que foram direcionados há três responsáveis de uma mesma empresa: contas a pagar, financeiro e contabilidade. Com o estudo foi possível identificar as falhas no setor de contas a pagar e a sua relação com as outras duas áreas, possibilitando elaborar um fluxograma que ajudasse no processo. Realizando uma comparação de cenários, as melhorias apresentadas foram: realização da cotação em três empresas, optar pelo melhor custo benefício, melhor organização do processo de contabilização e pagamento das despesas, sendo que o processo ficou alinhado entre os gestores das três áreas, agilizando, assim, o processo de autorização da compra.

Palavras-chave: Comercio Varejista de Produtos Agrícolas, Integração de Setores, Fluxograma.

[Inscrição 2784]

PRINCIPAIS ASPECTOS QUE IMPACTAM NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA: UM ESTUDO CORRELACIONANDO PLANEJADO E REALIZADO NO RAMO DE SERVIÇO.

Frigeri, Ana C.¹(PG); Guerrero, Jessica F.¹(PG); Pinto, Jessica N. B.¹(PG); Cecato, Mateus A.¹(PG); Lopes, Rodrigo J.¹(O)

aninha.frigeri@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Em meio à tamanha competição empresarial nos dias de hoje as organizações tem se desdobrado para manter-se viva no mercado. Diante disso é necessária uma gestão segura e eficiente, que atinja os objetivos planejados na elaboração do planejamento empresarial. Um ponto importante, que requer cautela e eficácia na sua criação, é a gestão orçamentária. Esta atividade abrange etapas a serem seguidas, que são o desenvolvimento do plano orçamentário, a projeção de possíveis cenários e a análise dos resultados alcançados. O objetivo central do estudo foi verificar os principais aspectos que impactam na gestão orçamentária de uma empresa prestadora de serviços jurídicos. Para isso foi utilizado o método qualitativo e exploratório, mediante um estudo de campo, no qual a coleta de dados ocorreu mediante a aplicação de questionário semiestruturado. Dentre os principais resultados identificados verificou-se a dificuldade no processo de elaboração do plano orçamentário, a projeção incerta da demanda de processos e valores cobrados de terceiros. Concluiu-se que dentre os pontos negativos que impactam na construção do orçamento, a principal falha apontada é a falta de mão-de-obra qualificada pelo valor planejado, ou seja, pode ocorrer do custo real da mão de obra estimada ficar acima do valor projetado no orçamento. Uma das maiores dificuldades no processo de condução do plano orçamentário, é que a empresa depende de serviços de terceiros, sendo que para todos os serviços prestados existem prazos, limitando alguns processos. Algumas soluções poderiam ser tomadas para melhorar tais processos, como a revisão semestral do orçamento, o uso de plataformas eletrônicas que apresentam informações em tempo real e a atribuição de valores fixos a alguns serviços prestados pela empresa.

Palavras-chave: Serviços Jurídicos, Gestão Orçamentária, Planejado versus Realizado.

[Inscrição 2905]

A INFLUÊNCIA DOS NÍVEIS DIFERENCIADOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NA ESTRUTURA DE CAPITAL DAS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA DA BM&FBOVESPA.

Cristino, Leticia S.¹(PG); Batista, Jessica C. B.¹(PG); Cassao, Jose A.¹(PG); Tavares, Leonardo M.¹(PG); Bergamini, Juliana L. O.¹(O)
leticia_sanches19@hotmail.com
¹Centro Universitário UNIFAFIBE

O presente estudo teve como objetivo analisar a influência dos níveis diferenciados de governança corporativa na estrutura de capital das empresas do setor de energia elétrica da BM&FBovespa, retratando a relevância de cada um dos níveis diferenciados para captação de recursos e comparando-os com a estrutura de endividamento das empresas adeptas a eles. Caracteriza-se, metodologicamente, como uma pesquisa descritiva em que o objetivo foi alcançado pela coleta de dados padronizados de 20 das 57 companhias do setor de energia elétrica da BM&FBovespa, pois 20 são as que participam dos níveis. Quanto ao problema, foi realizada uma pesquisa qualitativa com a análise e a classificação da estrutura de capital das companhias por níveis de governança, e o procedimento aplicado foi uma pesquisa documental não probabilística, envolvendo as 20 empresas. Diante dos resultados, concluiu-se que as empresas que aderiram ao Nível 1 (N1), Nível 2 (N2) e Novo Mercado (NM) aumentaram sua participação de capital externo em 2017 se comparado ao ano de adesão e ao ano posterior à adesão aos níveis, reduzindo o uso de capital próprio para financiamento de suas atividades. Verifica-se também que o N2 e o NM, níveis que exigem maior transparência das informações das companhias, são os níveis que possuem ainda maior participação de endividamento. De acordo com os índices de endividamento, as empresas ligadas ao N2 e ao NM possuem uma concentração maior de capital de terceiros, com a constatação de que a maior parte do uso de capital externo está alocado no longo prazo, o que permite um maior tempo para as empresas obterem recursos para liquidação de suas obrigações. Com um maior grau de transparência e exigências de práticas de governança mais rigorosas, o N2 e o NM proporcionam maior segurança aos credores, os quais facilitam o fornecimento de recursos para essas empresas.

Palavras-chave: Governança Corporativa, Níveis Diferenciados, Estrutura de Capital, Endividamento.

[Inscrição 2783]

COMPARAÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICOS DE TRÊS COOPERATIVAS

Cunha, Ariel C. Z. P.¹(PG); Furigo, Douglas ¹(PG); Costa, Henrique S.¹(PG); Botacini, Lucas A. B.¹(PG); Malavoglia, Rodrigo C.¹(O)
arielzieri@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Da mesma forma que as demais instituições financeiras, também as cooperativas de crédito realizam a escrituração contábil de todas as suas movimentações, de forma a apresentar demonstrações adequadas do exercício, visando análises contábeis para tomadas de decisões mais acertadas. Por isso os indicadores econômico-financeiros são importantes, pois eles consistem em elementos que, de forma tradicional, representam o conceito de análise de balanço, consistindo em cálculos matemáticos realizados a partir do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, de modo a obter números que subsidiem o entendimento da real situação da empresa, em seus aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade. O objetivo desse trabalho foi conhecer os indicadores econômico-financeiros das cooperativas de crédito e fazer uma comparação entre esses indicadores de liquidez, em três cooperativas de crédito: Credicitrus, Cocred, Unimais, durante o período de 2017. O método utilizado para desenvolver esse trabalho foi uma pesquisa explicativa, documental, de abordagem quantitativa e qualitativa. Os resultados mostraram que as três cooperativas possuem situação financeira estável, satisfatórias em relação ao segmento de crédito e, embora elas não consigam pagar suas dívidas em um curto prazo, ou de maneira imediata, apresentam bom índice quanto à captação de depósito a prazo, ativos e outros produtos, demonstrando que suas situações financeiras são positivas e que as mesmas possuem uma eficaz estrutura financeira que pode atender com solidez e tranquilidade as necessidades de seus cooperados. Conclui-se que a análise dos indicadores financeiros em cooperativas de crédito é uma eficaz ferramenta para conhecer a situação financeira real dessas instituições.

Palavras-chave: Indicadores Financeiros, Cooperativas de Crédito, Situação Financeira.

[Inscrição 2828]

OS IMPACTOS DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, NAS ORGANIZAÇÕES – UM ESTUDO DE CASO EM EMPRESA DO SEGMENTO DE TI – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Hernandes, Lana F.¹(G); Carizio, Sergio L. B.¹(O)

hernandeslanacorp@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Este trabalho buscou aprofundar o conhecimento sobre o tema - Desoneração da Folha de Pagamento, instituída pela Lei nº 12.546/2011, a qual permitiu a um grupo seleto de empresas, que ao invés de recolher a contribuição previdenciária patronal (INSS), incidente sobre a Folha de Pagamento, que alternativamente, efetuasse o recolhimento deste tributo, com base no valor do seu faturamento. Portanto, o trabalho buscou responder a seguinte indagação: “Quais os impactos da Desoneração da Folha de Pagamento, a uma empresa com atuação no segmento de Tecnologia da Informação - TI?” Como objetivo, focou em analisar as legislações vigentes relacionadas ao recolhimento patronal do INSS, em relação as suas aplicações. Justifica-se a escolha do tema, devido aos impactos financeiros que a escolha do regime mais apropriado, pode representar em economia a empresa. Como metodologia utilizou a pesquisa bibliográfica, apoiada em livros e artigos científicos buscando conceituar o assunto objeto deste estudo. Ainda, para a pesquisa foi utilizado um estudo de caso, de modo a certificar qual o regime mais adequado (faturamento ou folha de pagamento) para empresa analisada. Os resultados mostraram se satisfatórios em relação à adoção da Desoneração da Folha de Pagamento, tendo em vista que representa uma economia de aproximadamente R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais), equivalentes a 42%. Conclui-se, portanto, que para empresa analisada, o recolhimento com base no faturamento foi mais benéfico, onde o valor economizado poderá ser aproveitado em novos investimentos dentro da empresa ou formação de caixa, tendo em vista que este benefício da Desoneração irá findar-se no final de 2020, conforme previsto na Lei nº 13.670/2018.

Palavras-chave: Desoneração da Folha de Pagamento, Contribuição Previdenciária Patronal, Redução de Custos.

[Inscrição 2837]

ANÁLISE DE CUSTO DA PRODUÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO

Vazan, Leandro H.¹(G); Fonseca, Fabio B.¹(O)

leandrovazan@hotmail.com

¹Universidade de Araraquara

Atualmente utiliza-se com grande frequência o bloco de concreto para alvenaria na construção civil. Como produto deve ser de qualidade, deve-se realizar uma análise periódica dos custos do produto para manter a sustentabilidade da empresa. Assim, torna-se imprescindível entender o sistema produtivo de uma fábrica de blocos de alvenaria para a produção do bloco de concreto, desde a escolha de cada insumo até a análise do produto final. Este trabalho tem como objetivo apresentar o desenvolvimento de um modelo de fluxograma que demonstra o processo de produção do bloco de concreto, além das respectivas porcentagens dos custos de produção. A metodologia utilizada foi obter e analisar os custos de produção de uma empresa de Araraquara/SP, e analisar as respectivas porcentagens de custos em relação a 6 tipos de blocos comercializados, em função das dimensões, resistências, e aspecto visual da superfície para ser utilizado em parede aparente ou revestida. Dentre os resultados obtidos, destaca-se que os custos de produção podem variar de 74% a 85% dos custos diários, dependendo do tipo de bloco. Dentre os materiais que geram maior custo, identificou-se que a porcentagem do cimento e do aditivo foi de 29,49% e 36,55% do total dos custos, respectivamente. No bloco aparente, o custo com a brita diminui de 16,33% de um bloco normal para até 6,89%, e o custo com agregado miúdo aumenta, sendo que antes era em torno de 16,24% nos blocos normais, podendo chegar até 29,03% para a produção de bloco aparente. Assim, conclui-se que toda etapa de produção deve ser realizada com controle qualidade e da respectiva análise do custo de produção, a fim de evitar um fracasso comercial pela venda de produto de baixa qualidade, ou o fracasso financeiro da empresa.

Palavras-chave: Custo. Bloco de Concreto, Produção, Sustentabilidade.

[Inscrição 2839]

O IMPACTO DOS TRIBUTOS NO PREÇO DA CESTA BÁSICA

Chimelo, Pamela P.¹(G); Carizio, Sergio L. B.¹(O)

pamelachimelo@outlook.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Pretendeu-se neste trabalho, abordar os acréscimos que os valores dos tributos acarretam nos preços dos produtos que compõem a cesta básica. Sabe-se que no Brasil a carga tributária é elevada e não poupa nenhum serviço, produto, mercadoria e inclusive os itens de necessidade básica do cidadão envolvendo alimentos, higiene, limpeza, dentre outros são de extrema importância. Como problemática temos: “Quais os impactos dos tributos, no preço dos produtos que compõem a cesta básica“. Como objetivo procurou conceituar e detalhar quais os tipos de tributos que incidem sobre tais produtos verificando sua influência na composição dos custos dos mesmos. Justifica-se este trabalho pela sua relevância em permitir segregar os valores dos tributos e do preço final dos deles. Para seu desenvolvimento adotou como metodologia a pesquisa bibliográfica apoiada em livros e artigos científicos, buscando o respaldo da fundamentação teórica. O trabalho também contempla uma pesquisa quantitativa, uma vez que apurou através de cálculos os valores dos tributos incidentes sobre os produtos que compõem a cesta básica. Para apuração dos resultados, foram utilizados os percentuais dos tributos incidentes sobre os itens de alimentação, higiene e limpeza, os quais foram apurados pelo IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. Já o valor da cesta básica, foi extraído do índice UNIFAFIBE do custo da cesta básica de Bebedouro. Verificou-se que do valor de R\$ 735,53 referentes ao custo de uma cesta básica em Bebedouro no mês de Agosto de 2018, os valores dos tributos equivalem a R\$ 205,79, sendo equivalentes a 27,98 %. Conclui-se que os valores dos tributos impactam demais sobre o preço final dos produtos consumidos pelos brasileiros. Conclui-se que por tratar-se de itens de extrema necessidade, necessários inclusive para a sobrevivência, deveriam possuir uma carga tributária de menor intensidade, permitindo assim uma vida mais digna aos cidadãos.

Palavras-chave: Cesta Básica, Tributos, Carga Tributária.

[Inscrição 3017]

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA, NA ÁREA FINANCEIRA DAS ORGANIZAÇÕES

Santos, Mateus A. E.¹(G); Sevieiro, Guilherme S.¹(G); Carizio, Sergio L. B.¹(O)
mateuseloy_@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Este artigo abordou o papel da auditoria interna nas organizações, pesquisando sobre esta especialização derivada da contabilidade (Auditoria), de maneira a explicar sua existência, sua evolução no decorrer dos anos, demonstrando ser de extrema importância nos resultados das empresas. Justifica-se a realização deste trabalho, pelos benefícios que podem propiciar as organizações. Dentre os objetivos, buscou-se o embasamento das técnicas de auditoria interna e sua aplicabilidade na área financeira, a fim de expor sua importância nas organizações. Utilizou-se como metodologia, a pesquisa bibliográfica, embasada em artigos científicos e livros, de modo a embasar a fundamentação teórica do trabalho. Devido às restrições nas informações contábil e financeira, serem de extremo sigilo, não foi possível a utilização de outros tipos de pesquisa. Como problema de pesquisa, este trabalho indagou:” Qual a importância da auditoria interna, na área financeira das organizações?”. Como resultado, de forma unânime, verificou-se que o papel da auditoria interna é de extrema importância e benéfica, pois quando aplicada de forma adequada na área financeira, normatiza, orienta, fiscaliza, avalia o grau de confiabilidade e controla a eficiência e a eficácia dos controles internos, efetivando a salvaguardar o patrimônio. Portanto, constatou- que de nada adianta uma empresa possuir um sistema de controle interno de grande excelência, se não tiver um setor especializado que verifique se tais procedimentos são feitos exatamente como foram determinados pela alta administração. Conclui se que a auditoria interna possui um papel relevante nas organizações, quando aplicada na área financeira, de modo que através de suas análises, garante a veracidade das informações e a adequação dos dados contábeis, levando as empresas, a melhorarem os seus procedimentos internos, evitando, conseqüentemente, fraudes e erros.

Palavras-chave: Auditoria Interna, Gestão de Organizações, Auditoria Financeira.

[Inscrição 2888]

REGIME TRIBUTÁRIO: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLHA CORRETA

Mesquita, Marco A. O.¹(G); Ferreira, Jean F. P.¹(G); Carizio, Sergio L. B.¹(O)
mesqumarc@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Planejar-se tributariamente permite-se examinar possíveis medidas de reduzir custos e possibilitar uma melhor alocação de recursos em investimentos que impulsionem seu crescimento, sendo que a escolha do regime de tributação é uma tomada de decisão que pode vir a acarretar benefícios ou perdas já que está diretamente ligada ao resultado. O presente estudo tem por objetivo demonstrar a relevância que existe ao escolher o regime tributário correto, observando que o resultado virá a interferir diretamente de forma positiva ou negativa no lucro empresarial e impactar no desenvolvimento de suas atividades. O estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, com procedimentos bibliográficos e documentais, com a utilização de artigos científicos e legislações tributárias específicas, bem como dados empresariais. Foi realizado um estudo de caso para atender o objetivo proposto de verificação do regime tributário mais vantajoso à empresa em questão. Empresa do comércio varejista situada no interior do estado de São Paulo atuante no setor terciário da economia, cujos dados coletados foram o faturamento e o LAIR (Lucro Antes Imposto Renda) referentes ao ano de 2017. Justifica-se o presente trabalho como um estudo de grande valia para as organizações empresariais, pois permite ser uma ferramenta de projeção das atividades econômicas, essencial para o desenvolvimento estrutural proporcionando mais qualidade e competitividade para as empresas. Propõe-se pelo resultado de que o Lucro Real seria o regime ideal, pois houve uma economia substancial em comparação ao Lucro Presumido gerando um percentual de aproximadamente 50% a menos de recolhimento, ou seja, este montante poderia ser aplicado ou reinvestido na empresa. Tendo como cenário atual uma crise econômico-financeira que se alastra desde 2014 mesmo com seus sinais de recuperação, os resultados apontam que a escolha elaborada e correta tem expressiva importância, pois a opção não adequada pode comprometer sua continuidade.

Palavras-chave: Regime, Planejamento, Impostos.

[Inscrição 3042]

APURAÇÃO DE CUSTOS PARA DIFERENTES MÉTODOS DE PLANTIO DE CANA-DE-AÇÚCAR

Zilli, Amanda G.¹(G); Ferreira, Pamela R. N.¹(G); Schiaveto Junior, Isidro ¹(O)
amanda.gabriela97@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Neste trabalho analisaremos a cultura de cana-de-açúcar, que ocupa quase 2% do total da área arável do país, em relação aos seus custos de plantio e tratos culturais com base no custeio alvo (Target Cost). A importância deste reside no fato de que o preço desta cultura está atrelado à cotação em bolsa de seus principais produtos, ou seja, resta ao produtor analisar, de modo detalhado, os custos inerentes a essa cultura. Esse estudo possui como objetivo a análise dos custos relativos aos métodos de plantio Meiosi e MPB, e se estes estão adequados ao retorno desejado pelo proprietário. O trabalho foi realizado em uma propriedade rural na região de Cajobi SP, onde são cultivados os dois métodos de plantio de cana-de-açúcar. As informações foram coletadas por meio de documentos, os quais foram organizados e estruturados para posterior análise, com a finalidade de verificar se os métodos de plantio apresentam custos compatíveis com o esperado, bem como identificar qual geraria melhor relação custo-benefício. Dentre os resultados analisados, foi possível observar as principais diferenças que apresentam impactos significativos na seleção do método, como, o fato de a Meiosi utilizar mudas com um custo menor, e proporcionar no ano do plantio uma receita com a soja que é plantada com a cana-de-açúcar, diferente MPB que não possui nenhum tipo de leguminosa plantada em conjunto, e suas mudas apresentarem alto custo de aquisição, sem efeito significativo na produtividade da cultura. A partir da análise dos dados, podemos comprovar que a Meiosi é o método de plantio mais indicado para a produção de cana-de-açúcar da empresa em questão.

Palavras-chave: Análise de custos, Tomada de decisão, Agricultura.

[Inscrição 2705]

ANÁLISE DO PERFIL DOS INADIMPLENTES NA AGÊNCIA DO BANCO DO POVO PAULISTA, NO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS-SP

Bragil, Anderson G.¹(G); Sisdelli, Bianca D. M.¹(G); Schiaveto Junior, Isidro ¹(O)
andersonbragil@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

O microcrédito foi idealizado por Muhhamad Yunus, seu propósito era conceder crédito para as pessoas de baixa renda, possibilitando o desenvolvimento do empreendedorismo e o combate à pobreza. Atualmente, o microcrédito é uma das principais alternativas de financiamento para os pequenos empreendedores. Por ser uma linha de crédito menos burocrática quando comparada com as instituições financeiras tradicionais, nota-se que a inadimplência é um fator presente nos contratos vigentes na agência estudada. Para tanto se utilizou a metodologia documental e descritiva, através dos documentos cedidos. A relevância deste trabalho encontra-se na identificação das características dos empreendedores inadimplentes, com o intuito de amenizar os riscos das operações. O objetivo deste estudo é a identificação do perfil dos inadimplentes na agência do Banco do Povo Paulista no município de Pitangueiras. Podemos concluir que no período de 2013 a 2017, a instituição apresentou 41 inadimplentes, sendo 29 pessoas jurídicas compostas por 22 microempreendedores individuais e 7 microempresários, e 12 pessoas físicas, distribuídos por 7 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Observa-se que 37,93% dos inadimplentes pessoas jurídicas, não possuíam um ano de existência, e quando ampliamos para dois anos o percentual passa para 81,81%, e 72,41% exercem o ramo do comércio e 27,59% prestam serviços. Ao analisar as pessoas físicas inadimplentes, identifica-se que 58,33% são do sexo feminino, e possuem idade inferior a 30 anos, sendo 85,71% casadas. Já no sexo masculino 60% possuem idade entre 21 e 30 anos, sendo 80% solteiros. Observou-se também que 91,67% dos inadimplentes não possuem ensino superior completo. Portanto o perfil do inadimplente pessoa jurídica é microempreendedor individual, com constituição inferior a dois anos e com ramo de atividade no comércio. Enquanto que na pessoa física as principais características são: com idade inferior a 30 anos e não possuem ensino superior completo.

Palavras-chave: Microcrédito, Microempreendedor, Inadimplência.

[Inscrição 2951]

A COMPLEXIDADE DA GESTÃO E ELABORAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM UMA HOLDING

Cunha, Viviane C.¹(PG); Simoes, Bruna C.¹(PG); Rodeiro, Artur F.¹(PG); Barufaldi, Leticia B.¹(PG); Malavoglia, Rodrigo C.¹(O)

viviane.cristina45@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Na atual conjuntura das organizações se faz necessária a gestão do fluxo de caixa para embasamento preciso e minucioso para as tomadas de decisões se tornarem eficazes, haja vista que as ações realizadas pelo setor financeiro refletem em toda estrutura organizacional. Dessa forma, a necessidade da estruturação e gestão do fluxo de caixa se faz presente para refletir a saúde financeira da empresa e, através de seus indicadores, mostrar o quão esta é eficiente e equilibrada. O objetivo principal do trabalho foi analisar, criticar e examinar a complexidade do fluxo de caixa, por meio de estudo de caso em um holding. Para isso, utilizou-se de metodologia qualitativa e quantitativa de natureza exploratória, levantando dados do fluxo e a formação dos indicadores financeiros sobre a eficiência desses instrumentos para as necessidades de informações. Com isso, o trabalho possibilita indicar aos gestores as visualizações das reais necessidades e melhorias na empresa. Dados a serem identificados: (a) Execução dos registros das entradas e saídas; (b) Projeção dos pagamentos e recebimentos futuros para elaboração do fluxo; (c) Em situações de déficits, as tomadas de decisões sobre a necessidade de capital de giro. (d) Em situações superavitárias, tomar decisões sobre quando e onde investir. Com o estudo, foi possível verificar a complexidade do uso do fluxo de caixa para a identificação de inúmeros resultados, como também a minuciosidade de sua elaboração, apresentando resultados de índices de liquidez, grau de endividamento, retorno sobre o investimento e sobre o patrimônio da empresa. Como principal resultado observa-se o comprometimento da empresa na constante análise dos indicadores, dados disponíveis à formulação de informações no momento de honrar compromissos, realizar um investimento, divisão de dividendos ou qualquer outra decisão. Entretanto, todos esses aspectos obtidos em acompanhamento contínuo do fluxo de uma empresa na qual sua finalidade é a gestão financeira de um grupo de outras empresas.

Palavras-chave: Fluxo de Caixa, Ferramentas de Controle, Planejamento Financeiro.

[Inscrição 2657]

ANÁLISE DE RETORNO DE INVESTIMENTO EM UMA PLANTAÇÃO DE SOJA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL– UM ESTUDO DE CASO

Mendonça, Amanda A. P.¹(G); Andrade, Dario ¹(G); Torres, Leandro V.¹(O)
amandaprevideli@live.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

O agronegócio tornou-se fundamental para a economia do país, pois representa cerca de 1/3 do PIB e tem contribuído demasiadamente para as exportações do produto. O produtor nem sempre possui ferramentas adequadas para entender sobre o retorno de investimento e decidir qual a melhor opção de escolha e desta forma, obter o melhor resultado. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar a viabilidade de investimento no cultivo da soja por meio da aplicação de indicadores como VPL, TIR, TIR-M, Índice de lucratividade e Taxa de Rentabilidade, investigando amplamente os gastos investidos no começo da safra e o retorno esperado após a colheita. Quanto aos procedimentos da pesquisa, trata-se de um estudo de caso e quanto à abordagem do problema configura-se uma pesquisa qualitativa, onde se busca perceber a realidade inserida no contexto da plantação de soja. Os dados dos valores dos custos e atividades totais referentes à safra 2017/2018 foram fornecidos pelo gestor agrônomo. A propriedade rural em estudo localiza-se no estado de Tocantins, sendo reservados 2.867,50 hectares para o plantio de soja. Foram coletados dados em base de 28,48 hectares num período de safra que começa em outubro e termina em março, totalizando 6 meses. Para obter um retorno financeiro, foi usada uma Taxa de Mínima de Atratividade de 0,6% a.m. sendo essa, a taxa mínima que o produtor pretende ganhar quando se investe no plantio do grão. Dentre os principais resultados, o estudo mostrou que as ferramentas consagradas em análises de investimento permitiram a avaliação de viabilidade do projeto. Após o levantamento e a utilização dos indicadores de análise, concluiu-se que o plantio de soja é viável para produzir uma rentabilidade financeira na propriedade rural, obtendo um retorno positivo no período de safra.

Palavras-chave: Investimento, Soja, Viabilidade.

[Inscrição 3075]

ESTUDO DE CASO QUALITATIVO DE ÍNDICES DE PRAZO MÉDIO NO RAMO FARMACÊUTICO

Silva, Marcel A.¹(PG); Sarro, Danilo M.¹(PG); Nunes, Guilherme T.¹(PG); Benaglia, Edilesio C.¹(PG); Torres, Leandro V.¹(O)

marcelsilva2005@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Com a evolução da contabilidade e o cenário de interdependência entre os setores, surge a controladoria, conceituada como o departamento que através das informações contábeis e do sistema de informação, se torna responsável por projetar, elaborar, implantar, desenvolver, aplicar e coordenar todo o ferramental contábil dentro da entidade, contribuindo para todos os aspectos temporais, e monitorando constantemente todas as etapas dos processos de gerenciamento da empresa. Monitoramento constante, que se dá por meio de indicadores de desempenho, definido por FILHO (2017), como os números que descrevem a realidade da empresa, e que permite a identificação dos setores a serem priorizados na aplicação de melhorias. Com isso, o trabalho desenvolvido analisa números de empresa que atua na distribuição farmacêutica, comparado com concorrentes, onde serão medidos índices, a fim de encontrar real situação financeira, no tocante ao ciclo operacional, demonstrando eficiência ou deficiência. A priori, coletados dados referentes aos valores de estoque, contas a receber, fornecedores, custo da mercadoria vendida e faturamento, referente ao ano de 2017, da empresa e suas concorrentes. Após a coleta analisamos detalhadamente o ciclo operacional das empresas, a fim de verificarmos os índices atuais do Prazo Médio de Venda (PMV), Prazo Médio de Cobrança (PMC) e o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedor (PMPF). Logo, podemos concluir que a analisada possui ciclo financeiro menor que a empresa Dimed e maior que a empresa Profarma, resultando em mais dinheiro em caixa, com maior poder de compra e negociação frente fornecedores e clientes, construindo margem de segurança financeira e não se socorrendo do capital de giro com juros.

Palavras-chave: Capital de Giro, Distribuidora Farmacêutica, Finanças de Curto Prazo.

[Inscrição 3126]

OS IMPACTOS DO ORÇAMENTO EMPRESARIAL PARA COM O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES: UM ESTUDO EM UMA COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS

Ficco, Carlos H.¹(PG); Tabata, Gabriel B.¹(PG); Avanço, Milena ¹(PG); Correa, Sandro R.¹(PG); Lopes, Rodrigo J.¹(O)
carloshficco@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

As constantes mudanças na economia, juntamente com a disputa gerada pela competitividade de mercado, exige que as empresas busquem, constantemente, ferramentas que as ajudem a tomar decisões estratégicas. O orçamento empresarial representa uma importante ferramenta gerencial, contribuindo com as estratégias traçadas e as metas a serem alcançadas, possibilitando um eficaz controle dos gastos organizacionais. O objetivo geral do estudo foi verificar quais os principais impactos da implantação de um orçamento empresarial, considerando o contexto operacional (não financeiro) de uma cooperativa agrícola. O presente estudo fez uso da metodologia qualitativa, de cunho exploratório, mediante um estudo de campo, cuja coleta de dados ocorreu com o gestor responsável pelo plano orçamentário da empresa campo de estudo. Dentre os principais resultados, verificou-se que os gestores encontraram dificuldades para elaborar os seus orçamentos pelo fato de não serem familiarizados com a ferramenta orçamentária, não possuírem um histórico via sistema para comparação e conferência de suas despesas. Devido à falta de cultura na empresa e também pela utilização de tecnologia de informação inadequada, gera-se dificuldade de obtenção dos dados quantitativos para as previsões. Concluiu-se que com a nova cultura de orçamento da cooperativa, a maior dificuldade encontrada foi levantar os dados para a construção do orçamento, a falta de dados históricos, a elaboração dos orçamentos de todas as áreas e sua consolidação. Para sanar tais dificuldades, foi feito um manual de orçamento, treinamento com todos os gestores e a aquisição de um software orçamentário no qual é possível extrair os indicadores de maneira mais ágil e eficaz. O estudo limitou-se a analisar impactos gerados pela implantação de um orçamento empresarial em termos operacionais; outros estudos que relatem impactos financeiros são de grande contribuição para com a temática em questão.

Palavras-chave: Cooperativa Agrícola, Orçamento Empresarial, Impactos.

O CPC 47 E OS IMPACTOS SOBRE OS CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL.

Barroso, Celme N.¹(G); Torres, Leandro V.¹(O)
celme.contabeis@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

O presente artigo abordou o CPC 47- Receita de Contrato com Clientes. Diante das novas Normas Internacionais foram observadas mudanças relevantes nas práticas contábeis brasileiras. Este trabalho justificou-se pela necessidade de distinguir e reconhecer a receita e obrigação de desempenho na realização e conclusão final do produto ou serviço a ser mensurado conforme o CPC 47 e os Padrões Internacionais de Contabilidade. Utilizou-se como metodologia a pesquisa Bibliográfica onde as principais fontes de pesquisa foram o IAS 11, CPC 17 e IFRS 15, que fornecem informações detalhadas sobre a aplicação da norma em estudo. Após a realização e análise da metodologia do estudo foi possível observar o impacto que a aplicação da norma pode causar aos Contratos de Construção Civil. Tornou-se possível notar os custos na obtenção e no cumprimento do contrato e o efeito que esses fatos geram no reconhecimento das receitas e das despesas. Na aplicação do contrato antes da revogação da norma os custos e as despesas se mantinham fixos de um período a outro. Com a prática da norma atual os custos e as despesas podem oscilar de um período a outro até a conclusão total da obrigação de desempenho. Concluiu-se que diante das conformidades entre o CPC 47; IFRS 15 e os Padrões Internacionais de Contabilidade que as novas normas dispostas tratam de normatizar e orientar todo o contexto aplicado ao CPC 47, sendo de extrema importância a sua compreensão quanto aos detalhes das operações realizadas desde a escolha do contrato até a transferência do bem ou serviço ao cliente.

Palavras-chave: CPC 47, Construção Civil, Reconhecimento de Receita, Receita de Contrato.

[Inscrição 3002]

RELEVÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA CONCESSÃO DE RECURSOS PELAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Santos, Lucas A.¹(G); Siqueira, Lucas U.¹(G); Oliveira, Juliana L.¹(O)

lucasalberto.13@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

O crédito como um componente importante na dinâmica da economia nacional necessita antes da sua concessão às empresas e pessoas passar por um processo de planejamento e gestão, com o intuito de realizar o adequado atendimento às necessidades dos clientes e, ao mesmo tempo, respaldar o concessor frente ao crédito concedido. Visa-se, portanto, ao benefício para ambos, dado que há a possibilidade do não cumprimento da obrigação do tomador de recursos, o que gera um risco de crédito. Neste contexto, tem-se nas cooperativas de crédito a vantagem do empréstimo de recursos aos cooperados com taxas menores, porém, o risco do não recebimento dos valores emprestados pelas cooperativas aos seus associados pode acarretar sérios prejuízos a essas instituições e, conseqüentemente, aos seus próprios usuários. Assim, esse tipo de cooperativa tem o crédito como o seu negócio principal, o que faz necessária a análise das demonstrações contábeis a fim de evidenciar a liquidez e a estabilidade financeira do associado para cumprimento do pagamento da transação de crédito realizada. O trabalho em questão tem como objetivo verificar se tais cooperativas utilizam-se das demonstrações contábeis na avaliação das empresas para concessão de crédito e qual aspecto é mais relevante para as cooperativas. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, descritiva e bibliográfica. Utiliza-se a pesquisa bibliográfica para aprofundamento teórico e reflexivo sobre a utilização das demonstrações contábeis pelas cooperativas de crédito em suas operações. Como conclusões, verificou-se que as cooperativas de crédito fazem uso das demonstrações contábeis por meio de análises financeiras e contábeis atentando-se à liquidez e endividamento, o que auxilia a cooperativa de crédito, como instituição financeira, a identificar e a minimizar os riscos da operação junto ao cliente, sendo que os resultados apresentados após as análises definem a decisão e a viabilidade da concessão de crédito pela instituição ao associado.

Palavras-chave: Cooperativas de Crédito, Concessão de Crédito, Risco, Análise das Demonstrações Contábeis.

[Inscrição 2937]

**GESTÃO E CIDADANIA:
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

A CERTIFICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE MELHORIA NOS PROCESSOS GERENCIAIS E TÉCNICOS: UM ESTUDO EM PROPRIEDADES AGRÍCOLAS DE CANA DE AÇUCAR

Juliano, Alexssandro A.¹(PG); Caporusso, Ronaldo A.¹(PG); Souza, Washington R. A.¹(PG); Lopes, Rodrigo J.¹(O)
alexssandro.juliano@hotmail.com
¹Centro Universitário UNIFAFIBE

O Brasil representa grande importância para o contexto do agronegócio mundial. Neste cenário, percebe-se cada vez mais a importância e contribuição das usinas sucroalcooleiras na produção e oferta de produtos. Percebe-se que em termos de contexto econômico, o sucesso deste tipo de empresa deve estar associado ao aspecto sustentabilidade, representando, assim, a responsabilidade da organização para com o meio que atua. Neste cenário, uma estratégia que vem sendo amplamente explorada diz respeito ao processo de certificação. Dessa forma, o objetivo do estudo foi verificar quais as principais contribuições que uma certificação de cunho sustentável pode proporcionar para com o contexto gerencial e técnico de uma propriedade agrícola que explore o cultivo da cultura de cana de açúcar. Para tanto, o presente estudo fez uso da metodologia qualitativa e exploratória, mediante um estudo de campo, cuja coleta de dados ocorreu mediante aplicação de questionários semiestruturados direcionados ao gestor da associação e associados (produtores de cana de açúcar). Dentre os principais resultados, na visão da Associação, a certificação trouxe benefícios como: a padronização dos métodos e sistemas de produção; a valorização das questões ambientais, sociais e crescimento econômico. Com relação aos associados, os principais benefícios relatados envolvem a melhoria dos processos de gestão, possibilitando melhor controle de documentos e atendimento da legislação. Concluiu-se que o processo de certificação proporcionou diversos benefícios em virtude da padronização dos processos. De forma complementar, verificou-se que as principais dificuldades para a implantação da certificação resumem-se na adaptação cultural (adesão) e entendimento das normas (interpretação e aplicação).

Palavras-chave: Sustentabilidade, Certificação, Ferramentas de Gestão, Produtor Agrícola.

[Inscrição 2760]

LIDERANÇA PARTICIPATIVA E AS MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS

Lemes, Tatiane N. S.¹(PG); Silva, Vania P.¹(PG); Braga, Ana L.¹(PG); Dornelas, Rafaela E.¹(PG); Malavoglia, Rodrigo C.¹(O)

tatih_simoes@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Um bom líder é peça fundamental para a transformação de equipes de trabalho e deve ser responsável pelo acompanhamento das constantes mudanças que a organização poderá enfrentar. A capacidade de liderar está diretamente relacionada à aptidão para agregar valores, transformar pessoas. Hoje, em meio a tantas mudanças organizacionais, onde todo mundo toma decisão o tempo todo, o líder precisa estar totalmente conectado e propor soluções que beneficiem a equipe e conseqüentemente a empresa. Diante disto, o presente artigo apresenta como objetivo geral enfatizar a importância de um líder participativo em tempos de mudanças organizacionais, propondo a utilização de programas de treinamento e capacitação. A questão que originou a pesquisa é: Os líderes estão realmente preocupados com as “pessoas” de sua equipe, com o ser humano? Analisou-se uma organização, localizada no interior de São Paulo, através da aplicação de questionário em líderes e liderados e notou-se sincronia entre a percepção dos gestores e colaboradores sintetizada na satisfação da equipe. Isto pode ser comprovado, pois, 100% dos gestores apontaram que possuem facilidade em passar e atribuir tarefas para sua equipe, as equipes são cientes das prioridades de seu trabalho e reconheceram concordando plenamente que comemoram os resultados alcançados. E 52,9% dos colaboradores relatam que tem um excelente relacionamento no ambiente de trabalho, e afirmam que possuem autonomia para propor melhoria na execução de tarefas, dentre outros resultados. O presente trabalho mostrou, portanto, a relevância e substancialidade de capacitação, buscando o crescimento e desenvolvimento do líder e dos liderados e posterior transformação da equipe e de resultados.

Palavras-chave: Liderança, Motivação, Mudança Organizacional.

[Inscrição 2688]

RESISTÊNCIA À MUDANÇA ORGANIZACIONAL: AVALIAÇÃO ENTRE COLABORADORES E GESTORES FRENTE A UMA MUDANÇA NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Carvalho, Gisele M.¹(PG); Mariano, Stefania F.¹(PG); Neves, Patricia A. C.¹(G);
Nunes, Karina N. L.²(PG); Oliveira, Joao P. L.¹(O)
gimelo020@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Atualmente, o mundo globalizado vem passando por diversas transformações e evoluções, tornando o meio empresarial cada vez mais competitivo. Para sobreviverem, as empresas precisam criar estratégias que se adequem ao mercado competitivo. Uma dessas estratégias é propor mudanças organizacionais que sejam eficientes e bem-sucedidas, a fim de acompanhar esta evolução. Porém, podem ocorrer objeções e resistência às mudanças por parte dos colaboradores, ou as mesmas podem ser absorvidas e bem-vindas, sendo crucial para o sucesso e crescimento de uma empresa. A resistência à mudança é um fenômeno psicológico entre alguns empregados, gerentes e executivos acostumados há muitos anos a fazer o mesmo tipo de trabalho nas mesmas condições. Eles acabam recusando por vezes as inovações que são oferecidas, mesmo estas mudanças sendo boas para eles. Assim, o objetivo desta pesquisa é avaliar o grau de resistência às mudanças, nas empresas analisadas, comparando gestores e colaboradores atualmente ativos no mercado de trabalho, de diferentes setores, nas cidades de Barretos, Bebedouro e região. Trata-se de um estudo descritivo, prospectivo, observacional, em uma amostra de 101 colaboradores, que responderam a um questionário desenvolvido pelos autores deste estudo, baseando-se em BORTOLOTTI, 2010. O questionário contém afirmativas sobre diferentes situações de mudanças no ambiente de trabalho e avaliava a concordância dos respondentes. Os resultados encontrados mostraram que, no geral, não houve diferença de resistência entre colaboradores e gestores, tendo respondido o questionário de forma similar. Porém, houve uma maior proporção de respostas com tendência à resistência por parte dos colaboradores, observando-se que existe sim uma resistência no ambiente de trabalho, perante as perspectivas e processos de mudança.

Palavras-chave: Resistência à Mudança, Estratégia de Gestão, Mudança Organizacional, Estrutura Organizacional.

A GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS COMO DIFERENCIAL E FATOR PREPONDERANTE NO ALINHAMENTO DE OBJETIVOS INDIVIDUAIS E NA RELAÇÃO DE TRANSPARÊNCIA ENTRE COLABORADORES E A ORGANIZAÇÃO

Bonafim, Ana C. G.¹(PG); Buzatto, Mariana P.¹(PG); Quintella, Nathalia M.¹(PG);
Angelini Filho, Wanderley J.¹(PG); Oliveira, Juliana L.¹(O)
carolbonafim@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Diante de um cenário altamente competitivo para as organizações atingirem e superarem metas cada vez mais rigorosas, novos modelos empresariais surgem buscando o desenvolvimento por competências de seus profissionais. Tais modelos passaram a exigir maiores níveis de qualidade e buscam no fator humano o diferencial competitivo. Tal fato tem levado as organizações a procurarem por modelos de relacionamento e cooperação, em que o alinhamento de objetivos poderá conduzir os dois lados ao convívio transparente e produtivo. No modelo de gestão de pessoas entende-se por competências o conjunto de contribuições do profissional para a organização, resultante da mobilização do repertório individual das qualificações em determinado contexto, considerando as diretrizes estratégicas e competências da empresa. O trabalho discorre sobre a gestão de pessoas por competências e sua importância para atração e retenção de pessoas. O objetivo geral é entender os propósitos individuais do profissional de enfermagem de uma organização a fim de a empresa elencar ações para o seu desenvolvimento permitindo o alinhamento de interesses entre profissional e organização, enquanto os objetivos específicos são demonstrar a importância do permanente desenvolvimento profissional e pessoal a fim de potencializar as competências e enfatizar a relevância do reforço de aspectos e valores do negócio ao profissional. A metodologia empregada foi um estudo quanti-qualitativo, com a utilização de pesquisa e investigação por meio de um questionário. Foi desenvolvido em um hospital privado de médio porte do interior de São Paulo, envolvendo 29 profissionais de enfermagem. Concluímos com o resultado da pesquisa que os profissionais encontram na organização perspectivas em relação ao seu momento atual e enxergam crescimento. Mesmo a maioria demonstrando satisfação, mudariam para um novo emprego com melhor remuneração. Assim sendo, baseados na análise das respostas, podemos traçar um desenvolvimento individual, priorizando alinhamento de objetivos e desenvolvimento de competências.

Palavras-chave: Gestão por competências, Carreira, Enfermagem.

COMO OS ESTILOS DE LIDERANÇA AFETAM A MOTIVAÇÃO

Atanazio, Aline H.¹(PG); Barbosa, Marina V.¹(PG); Vizona, Rosane M. C.¹(PG);
Vizona, Rosane M. C.¹(PG); Oliveira, Joao P. L.¹(O)

alineh.asocial@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Este trabalho aborda os estilos de liderança e suas relações com a motivação. O papel da liderança e uma análise sobre como esse fator está diretamente ligado à motivação dos funcionários de uma empresa, e conseqüentemente à produtividade. Aborda os problemas sobre como podem ser os estilos de liderança, e como essa liderança pode afetar diretamente a motivação do funcionário. Este estudo considerou a hipótese de que é primordial a valorização dos funcionários na empresa. Possui a ideia de que uma liderança adequada pode gerar a motivação das pessoas envolvidas com a organização. O objetivo geral da pesquisa é mostrar os estilos de liderança e como a motivação dos funcionários pode influenciar diretamente nos resultados da empresa. E, como objetivos específicos, busca refletir sobre as relações da liderança e da motivação no desempenho da empresa, além de analisar as teorias referentes aos conceitos de liderança e motivação. Na abordagem do referido assunto foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica sobre autores que tratam sobre o tema, foco deste artigo. Além de uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória, usando como método o Estudo de Caso, e como ferramenta, o roteiro de entrevista em profundidade. Essa pesquisa foi aplicada com cinco chefes/diretores de cartórios do Tribunal de Justiça do interior do Estado de São Paulo, no período de junho a agosto de 2018, que contribuíram para a realização deste trabalho, e para uma melhor compreensão sobre como os estilos de liderança podem afetar a motivação. Conclui-se que a maioria das lideranças é formada com muito treinamento, estudo e competência. Ser um líder nato nos dias de hoje pode ser algo extremamente difícil. Em um mundo em constante transformação, é necessário estar atento aos cenários de mudanças, aprendendo a se posicionar de acordo com a mudança de contextos.

Palavras-chave: Liderança, Motivação, Produtividade.

[Inscrição 2814]

ESTUDO DE CASO: AS DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO E APROVAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO NO RECANTO SÃO VICENTE DE PAULA NA CIDADE DE BEBEDOURO, SÃO PAULO

Russi, Ana L. G.¹(PG); Baldissera, Laura¹(PG); Fernandes, Jorge L.¹(PG); Russi Neto, Benedicto¹(PG); Rapanello, Rogerio M.¹(O)
analarussi@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Este artigo procura explorar a problemática encontrada por projetistas, engenheiros e arquitetos para implantações de medidas de segurança contra incêndio em edificações preexistentes, visando atender a legislação, minimizar os riscos às pessoas e preservar o patrimônio histórico. Busca também minimizar a relação das barreiras arquitetônicas com a mobilidade de idosos nas rotas de fuga em caso de sinistros. A casa de repouso para idosos Recanto São Vicente de Paulo situado na cidade de Bebedouro, estado de São Paulo, foco desse trabalho, possui aproximadamente 87 anos desde a sua construção inicial. O estudo, de caráter qualitativo, faz o apontamento das dificuldades encontradas como legislação, locação de hidrantes e da reserva técnica de incêndio, adequação das saídas de emergências, instauração do plano de emergência e treinamento adequado das brigadas de incêndio voltado para uma construção antiga com população enquadrada em Grau de dependência III pela Resolução nº 283/2005 do Ministério da Saúde. A legislação a ser seguida é um dos maiores empecilhos encontrados pelos projetistas, uma vez que edificações antigas não atendem as normas de segurança atuais, e ao mesmo tempo nem sempre é possível a comprovação dos anos de construção da edificação em órgão oficial, o que poderia simplificar o cumprimento da legislação existente à época, além disso, existem outras dificuldades, como de apontamento como barreiras arquitetônicas, falta de recurso, treinamento dos brigadistas e conscientização da população do local como agir em caso de sinistros. O estudo de caso aponta os obstáculos encontrados para a elaboração e instalação das medidas de segurança no prédio, priorizando a segurança de seus moradores e a ciência de suas dificuldades motoras. Oferece soluções para as indicações problemáticas com intuito da aprovação do Projeto de Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio no Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Incêndio, Medidas de Segurança, Idosos.

[Inscrição 3063]

LEVANTAMENTO DE NECESSIDADE DE TREINAMENTO: O CASO DE UMA EMPRESA DO INTERIOR DE SÃO PAULO

Cardoso, Larissa M.¹(G); Oliveira, Beatriz M.¹(G); Raimundo, Monise C.¹(G); Moraes, Raissa B. N.¹(O)

laricardoso.213@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

A Psicologia Organizacional e do Trabalho, enquanto campo do saber se propõe em analisar as relações entre trabalhador – organização. Uma das possibilidades de atuação dentro desta área está a gestão de Pessoas, que nos possibilita, entre outras intervenções, analisar os fatores que impactam diretamente na produtividade dos colaboradores, bem como necessidade de treinamento, desenvolvimento e educação de pessoas (TD&E). Para que as ações de TD&E sejam efetivas, ou seja, que tragam impacto positivo para a organização através da melhoria da qualidade das atividades realizadas pelos funcionários, é necessário que seja realizado um levantamento de necessidade de treinamento (LNT). O levantamento visa garantir que o treinamento seja planejado de acordo com as necessidades da organização. Desta forma, o presente estudo objetivou realizar a LNT em uma empresa situada na região nordeste do interior do estado de São Paulo. A análise organizacional, realizada através de entrevista com a gestora de Recursos Humanos, buscou analisar as causas que geraram a necessidade de se elaborar e implementar uma ação educacional. O resultado desta análise demonstrou a lacuna de conhecimento por parte dos gestores referente aos procedimentos realizados pela área de Recursos Humanos (RH). A seguir, a análise de tarefas permitiu a descrição dos CHA's (Conhecimentos, Habilidades e Atitudes) necessários para suprir a demanda apresentada. Por fim, a análise individual, realizada com os gestores da organização e com a gestora de RH forneceu dados sobre a importância e o domínio de cada CHA descrito na etapa anterior. Os CHA's que apresentaram menor domínio e maior importância foram elencados para serem trabalhados em treinamento organizacional. A partir da realização da LNT, foi possível planejar uma ação de TD&E voltada especificamente para aquele contexto organizacional, levando em consideração a demanda da organização e o conhecimento prévio dos gestores (público-alvo do treinamento) sobre o conteúdo.

Palavras-chave: Levantamento de Necessidade de Treinamento, Gestão de Pessoas, Psicologia Organizacional e do Trabalho.

[Inscrição 2696]

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO: UMA FERRAMENTA DE GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES NOS DIAS ATUAIS

Lino, Camila C.¹(PG); Frutuoso, Josiane A.²(PG); Malavoglia, Rodrigo C.¹(O)
camilalino13579@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Em um mercado de constantes mudanças onde a concorrência está cada vez mais determinante para a permanência e o crescimento das organizações, torna-se relevante à busca por diferenciais competitivos e investir em capital humano como forma de desenvolver pessoas é imprescindível. Este artigo tem por objetivo analisar a importância dos conceitos de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas dentro das organizações, como a inserção de Levantamento das Necessidades de Treinamentos (LNT) e as Avaliações dos Treinamentos Realizados se fazem imperativas no contexto das ferramentas utilizadas pela Gestão de Pessoas, onde em conjunto são instrumentos essenciais para avaliar e mensurar os resultados dos treinamentos. O presente artigo utilizou-se de pesquisa descritiva que tem como principal característica a padronização da coleta de dados onde objetiva levantar opiniões e atitudes, visando também identificar, registrar e analisar características de um grupo podendo ser considerada como um estudo de caso. Realizou-se entrevistas com cinco pessoas diretamente ligadas a T&D de ramos distintos, os resultados observados demonstram a necessidade e a importância de T&D como um diferencial competitivo para as organizações, pois além de agregar valor a organização com profissionais mais capacitados diante do mercado de trabalho, agrega também conhecimento a quem está recebendo os treinamentos. Diante ao exposto constatou-se que a ferramenta Levantamento das Necessidades de Treinamentos (LNT) é de extrema importância, uma vez que consiste em identificar as necessidades dos treinamentos que as organizações realmente precisam realizar, contudo há de se atentar que devem ser feitos periodicamente para que assim não percam sua finalidade. Em relação às Avaliações dos Treinamentos Realizados verifica-se a necessidade em criar indicadores que consigam quantificar os resultados obtidos com os treinamentos, visto que como todo investimento envolve a aplicação de recursos por parte das organizações, ou seja, retornos são esperados.

Palavras-chave: Treinamento e Desenvolvimento, Gestão de Pessoas, Desenvolvimento Organizacional.

[Inscrição 2695]

**GESTÃO E CIDADANIA:
EMPREENDEDORISMO**

AGENTE DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS MUNICIPAIS: PRINCIPAIS DIFICULDADES COM A ELABORAÇÃO DO PLANO FINANCEIRO EMPRESARIAL E PESSOAL DE MICROEMPREENDEDORES

Santos, Bianca B.¹(G); Silva, Leticia M.¹(G); Lopes, Rodrigo J.¹(O)
biancabraga2014@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Considerando a grande competitividade no mercado como um todo, fica cada vez mais difícil a sobrevivência e crescimento das micro e pequenas empresas. Percebe-se que, dentre as principais dificuldades, destaca-se o contexto financeiro. Neste cenário, destaca-se o agente de desenvolvimento local, o qual possui como finalidade contribuir na implementação e continuidade de programas destinados aos pequenos empresários. Desta forma, o objetivo geral do artigo foi verificar, mediante intermédio de um agente de desenvolvimento de projetos municipais, quais as principais dificuldades para com a elaboração do plano financeiro empresarial e pessoal de microempreendedores. Para tanto, o presente estudo fez uso do método qualitativo e exploratório, mediante um estudo de campo. A coleta de dados ocorreu mediante utilização de questionários semiestruturados. Foram desenvolvidos dois questionários distintos: um deles direcionado a três microempresários de ramos diferentes da região de Barretos-SP; e outro questionário direcionado ao a um agente de desenvolvimento local. Dentre os principais resultados verificou-se nas três microempresas abordadas que não havia controle contábil e financeiro assíduo da organização, fazendo uso de ferramentas simples para controle e coordenação gerencial, o que dificulta o controle do empreendimento por parte dos mesmos. Em nenhuma Empresa (A, B, C) verificou-se domínio financeiro aprofundado, sendo que todos apresentaram alguns tipos de falhas na gestão financeira. Concluiu-se que, segundo concepção do Agente de Desenvolvimento, a falta de planejamento financeiro empresarial se da pela empolgação na hora de abrir um negócio, com falta de pesquisa de público, fluxo de compra e venda, dentre outros. Percebe-se que um aspecto agravante é o fato de não separar as finanças pessoais das finanças da empresa.

Palavras-chave: Microempreendedores, Plano Financeiro, Agente de Desenvolvimento Local.

IMPACTOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Bocalete, Caio A.¹(PG); Silva, Patricia P.¹(PG); Pereira, Bruna L. M.¹(PG); Cunha,
Renan C. G. P.¹(O)

caio_bocalett@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Atualmente o cenário empreendedor encara diversas necessidades devido a uma série de instabilidades econômicas, trazendo cada vez mais disputas pelo equilíbrio financeiro. A clareza na gestão se tornou extremamente importante e indispensável a um modelo de negócio visando aumento na rentabilidade de seus acionistas. O conceito governança corporativa possui um conjunto de procedimentos onde as principais metas compreendem melhorarias nos processos das empresas, acima de tudo maior clareza na prestação de contas aos acionistas, tendo em vista a entrada de capital para um crescimento sustentável. A aplicação da governança corporativa nas cooperativas de crédito colabora com o sistema financeiro brasileiro que hoje possui aproximadamente 8,9 milhões de associados e continuam em expansão. Nesse cenário, surge o seguinte questionamento: Quais as melhorias obtidas com a introdução da governança corporativa nas cooperativas de crédito? O presente estudo utilizou de dois métodos de pesquisa a fim de identificar as melhorias na gestão de cooperativas de crédito com a inclusão da governança corporativa, a primeira etapa foi definida pela realização de pesquisa bibliográfica organizando a história, modelos e práticas da governança corporativa de acordo com literaturas acadêmicas encontradas. A segunda etapa se definiu com a aplicação de um questionário em uma cooperativa de crédito específica a fim de analisar a opinião quanto ao tema foi abordado. À vista disso, pode-se enaltecer a iniciativa da empresa em utilizar aplicação de algumas orientações, tendo como objetivo tornar mais claro a gestão da empresa sobre o tema. Como retribuição, a empresa terá uma melhora na relação com os parceiros de negócios e na imagem diante dos consumidores, além da satisfação de dever cumprido. Por fim, afirma-se que a adesão de boas práticas de governança corporativa alavanca as empresas, possibilitando atingir novas fronteiras.

Palavras-chave: Governança Corporativa, Cooperativa de Crédito, Informações.

[Inscrição 2769]

PRINCIPAIS ATRIBUTOS ANALISADOS EM UM PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO: UM ESTUDO ENVOLVENDO A CULTURA ORGANIZACIONAL DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Silva, Eliane F.¹(PG); Soncin, Joao P. N.¹(PG); Costa, Karen A. M.¹(PG); Lopes, Rodrigo J.¹(O)
eli_f.s@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

As instituições financeiras representam grande importância para o cenário econômico, contribuindo com o crescimento de diversos setores e da sociedade. Em virtude da grande complexidade e concorrência de mercado, as empresas, em especial as instituições financeiras, precisam potencializar sua eficiência organizacional, estando isso diretamente associado ao contexto do capital humano e da cultura organizacional. Desta forma, o objetivo geral do estudo foi verificar quais os principais atributos analisados em um processo de recrutamento e seleção que influenciam na cultura e clima organizacional, bem como no desempenho em uma instituição financeira bancária privada. Para tanto, utilizou-se a metodologia de pesquisa exploratória e qualitativa, através de uma pesquisa de campo, cuja coleta de dados ocorreu mediante aplicação de questionários semiestruturado junto a dois gestores da empresa, campo de estudo. Dentre os principais resultados, verificou-se que os principais aspectos analisados para o processo de recrutamento e seleção da instituição é identificar o perfil do candidato com os objetivos da empresa, sendo que a qualificação profissional alinhado com conhecimento, habilidades, experiências, atitudes, determinação e personalidade englobam os pontos relevantes para esse processo. Concluiu-se que dentre as principais estratégias utilizadas para a captação de talentos estão a análise de currículos, entrevistas e dinâmicas, visando identificar pontos relevantes como respeito, relacionamento interpessoal, criatividade e inovação, resiliência, trabalho em equipe, disciplina e determinação. A instituição após identificar e definir o candidato desenvolve ações para que ocorra o engajamento e alinhamento com a cultura organizacional, realizando cursos e treinamentos, processo de integração com a equipe, feedbacks positivos e negativos constantes e avaliação de desempenho para que seja alcançados os objetivos da instituição.

Palavras-chave: Instituição Financeira, Recrutamento e Seleção, Cultura Organizacional.

[Inscrição 2841]

AS IMPLICAÇÕES DAS REDES SOCIAIS NA RELAÇÃO ENTRE COLABORADOR E EMPRESA

Vecchini, Clícia N.¹(PG); Paschoal, Jose G. S.¹(PG); Marques, Vinicius S.¹(PG);
Vannucci, Nelson ¹(PG); Bergamini, Juliana L. O.¹(O)
cliciavecchini@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

É fato que passamos a conviver com uma realidade virtual cada vez mais presente em nosso dia-a-dia. A interação social através da internet e de aplicativos que facilitam e agilizam a circulação de informações faz surgir várias discussões. Dentre elas, como manter a segurança de informações confidenciais da empresa, bem como lidar com o uso destes meios de comunicação durante o expediente de trabalho e sua interferência na produtividade do colaborador. Este documento tem por finalidade trazer uma reflexão sobre a influência tecnológica das redes sociais no ambiente corporativo, haja vista que o avanço tecnológico fez com que as empresas se adaptassem e evoluíssem ao longo do tempo em suas formas e métodos de trabalho. O desafio que passou a ser enfrentado nos últimos anos é o de gerir a interação social em um ambiente digital e seus reflexos na atividade laboral, seja em relação à exposição da empresa, de seus colaboradores enquanto divulgadores da marca da instituição empregadora, da segurança da informação, bem como quanto aos resultados apresentados dos empregados no desenvolvimento das atividades. Para tanto, a metodologia empregada foi uma pesquisa qualitativa descrita por meio de um estudo de caso, o qual permite demonstrar o reflexo do uso das redes sociais no ambiente corporativo e como seus colaboradores respondem às orientações quanto ao uso e à divulgação de sua marca no meio virtual. Como resultados foi possível verificar a postura dos funcionários em situações cotidianas que poderiam comprometer ou beneficiar a imagem da empresa. Ainda, possibilitou constatar que o bom senso no comportamento social dos indivíduos é a diretriz mais indicada para orientar a gestão empresarial a fim de evitar situações que podem colocar em risco o crescimento profissional.

Palavras-chave: tecnologia, Interação Social, Redes Sociais, Empresas, Ambiente de Trabalho.

[Inscrição 2750]

INVESTIGAÇÃO DOS FATORES MOTIVACIONAIS NA FORÇA DE VENDAS: UMA PESQUISA QUALITATIVA NO SETOR ALIMENTÍCIO

Calca, Joyce M. S.¹(PG); Calça, Milton A.¹(PG); Lima, Gustavo B.¹(O)
joy.souto@ig.com.br

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

A motivação quando bem ou mal utilizada afeta o desempenho, produtividade e lucros dos colaboradores da organização, existem diferentes formas de motivar os funcionários, cada indivíduo possui uma fonte de motivação o que é o estopim motivador. O objetivo central do presente estudo é investigar em profundidade os principais aspectos / fatores motivacionais da força de vendas de uma pequena empresa do setor alimentício, estabelecida no interior do estado de São Paulo. Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória. Utilizou-se um roteiro de entrevista que foi aplicado com cinco colaboradores, visando-se embasar o estudo e alcançar o objetivo proposto. Os principais resultados apontam que: (a) o fator que mais gera motivação é o dinheiro; (b) um colaborador desmotivado pode causar problemas de ajustamento na empresa; (c) analisando o gestor de vendas, muito ainda pode ser mudado em relação a essa equipe que tem no momento, mesmo porque a equipe evidenciou onde estão os problemas e como podem ser sanados. Os resultados mostram um desafio a ser analisado, ou seja, para alguns vendedores o gestor e a empresa não entendem as necessidades de mudanças, enquanto que para o restante, o importante é estar empregado, porém, não viabilizam um aumento nas vendas. Do ponto de vista empresarial, é a prática que interessa, ou seja, é o conhecimento aplicado que gera capacidade de produzir resultados. Homem e trabalho precisam conviver porque um depende do outro, estão destinados à interação, mesmo porque sem pessoas não haveria organizações, e sem as organizações não haveria empregos em número suficiente para o mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Gestão de Vendas, Motivação, Setor Alimentício.

[Inscrição 3000]

COMO SER UM CONSULTOR EM ERGONOMIA E SEGURANÇA DO TRABALHO

Sousa, Leandro E.¹(PG); Lima, Marco A. S. S.¹(PG); Herculani, Rhadler¹(O)
leandroeleodoro@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Com o aumento da competitividade das empresas existe uma busca cada vez maior pela excelência e produtividade, visando se adequar ao complexo e dinâmico mundo globalizado algumas empresas dedicam seus esforços na atividade principal, a fim de otimizar a gestão da produção. Entretanto é importante atentar-se as demais atividades da organização como a segurança do trabalho e a ergonomia, para isso contam com profissionais especializados em tais atividades. O propósito deste trabalho foi o levantamento do perfil necessário para se tornar um consultor de ergonomia e segurança do trabalho, destacando as competências interpessoais, legais e habilidades para o adequado exercício da profissão. As aplicações dos conceitos ergonômicos visam controlar os agentes nocivos à saúde do trabalhador, através da adequação do ambiente de trabalho levando em consideração os fatores, como ruído, calor, iluminação, ferramentas, postura, dentre outros aspectos envolvidos na atividade laboral, com objetivo de mantê-los dentro dos limites de tolerância estabelecidos pelas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho. A gestão eficiente da saúde e segurança do trabalho traz benefícios para a empresa como a redução do número de acidentes, passivo trabalhista e melhora do meio ambiente de trabalho, proporcionando um elevado grau de satisfação e conseqüentemente refletindo na produtividade do trabalhador. Desta forma o presente trabalho busca evidenciar os principais tópicos que um consultor de ergonomia e segurança do trabalho deve abordar, para atender a demanda das organizações que buscam solucionar os problemas encontrados na realização de suas atividades. Tal consultoria busca reunir informações, listar serviços e medidas ergonômicas para o desenvolvimento adequado das atividades empresariais.

Palavras-chave: Consultoria, Ergonomia, Segurança do Trabalho.

[Inscrição 2810]

OS IMPACTOS DA GESTÃO ESTRATÉGICA DA QUALIDADE PARA COM A GESTÃO DE PESSOAS: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA DE MANUFATURA

Emiliano, Eliel M.¹(G); Oliveira, Kananda R.¹(G); Lopes, Rodrigo J.¹(O)
emillianoeliel@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

A competitividade do mercado faz com que as empresas busquem se destacar por meio do constante estabelecimento e reestruturação de suas estratégias. Neste contexto destacam-se dois aspectos que exigem atenção: a mão de obra e a gestão da qualidade. Boas práticas de qualidade associadas a um capital humano competente e motivadas acabam por representar fatores de extrema importância no tocante à estratégia empresarial, contribuindo, assim, para que a empresa se sobressaia em um ambiente de alta competitividade. Diante do exposto, o objetivo do estudo foi verificar quais são as principais estratégias de qualidade adotadas por uma empresa de manufatura e seus impactos na gestão do capital humano. Para tanto, utilizou-se metodologia qualitativa e exploratória, mediante um estudo de campo, cuja coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de questionários semiestruturados. Como resultado, especificamente a questão do capital humano, ocorre oposições em consolidar o novo método, ou seja, a implantação do ISO 9001. Ela reduz custos e aumenta a eficiência dos processos internos, garantindo melhores oportunidades frente ao mercado, de forma estruturada. As principais dificuldades para a manutenção dos mesmos é assegurar a utilização das ferramentas, pois existe uma grande resistência dos funcionários. Como solução para amenizar as dificuldades, foi realizado um investimento estratégico de treinamentos teóricos e práticos que mostram a importância de utilizar as novas ferramentas e os benefícios atrelados à certificação. Com isso, é possível concluir que a empresa buscou melhorar sua organização através do aprimoramento das práticas de qualidade e definição de critérios mínimos a cumprir. Mesmo havendo resistência à adaptação das novas ferramentas, foi possível finalizar a implementação e familiarização das estratégias criadas e treinar os colaboradores para que todos compreendessem os benefícios da mesma, sendo eles, a qualidade do produto oferecido e a prestação de serviço, fidelizando o cliente e aumentando o nível de satisfação.

Palavras-chave: Gestão de Qualidade, Gestão de Pessoas, Empresa de Manufatura.

[Inscrição 2949]

ELABORAÇÃO DE PLANO DE NEGÓCIOS

Alves, Adriano¹(PG); Moreira, Arthur H.¹(PG); Pizeti, Evandro S.¹(PG); Delanez, Ricardo A.¹(PG); Cunha, Renan C. G. P.¹(O)

evandro.pizeti@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Toda empresa necessita ter um bom planejamento do seu negócio, para poder gerenciá-lo e apresentar suas ideias a investidores, bancos, sócios e clientes. E o planejamento é um dos passos mais importantes para o empreendedor e o sucesso de seu empreendimento, que está relacionado a uma imensa reflexão sobre os objetivos e metas a curto e longo prazo. Isto requer uma análise detalhada do empreendimento e do mercado, possibilitando minimizar os riscos quanto às decisões a serem tomadas pelos empreendedores. Com isto, o presente artigo tem o objetivo de demonstrar a importância e as etapas de elaboração do Plano de Negócios para os empreendedores, evidenciando que esta ferramenta não é apenas para ser utilizada como requisito de aprovação de um empréstimo, solicitações de bolsas ou recursos financeiros de órgãos governamentais, mas comprovar a viabilidade de seu negócio. Para um investidor, o Plano de Negócios é o cartão de visitas de um empreendimento, permitindo melhor tomada de decisão e visão antecipada da situação do mercado, fornecendo segurança para que ele possa identificar e restringir os erros neste documento, ao invés de cometê-los no mercado. O Plano de Negócios não precisa ter uma estrutura rígida e específica, pois cada empreendimento possui suas peculiaridades. Por isto, descrevemos neste artigo, que o importante é o documento apresentar um mínimo de seções que devem proporcionar um entendimento completo do negócio, sendo organizadas em uma sequência lógica e permitindo que qualquer leitor do Plano de Negócios, possa ter um entendimento de como a empresa está estruturada, os objetivos, produtos e serviços, o mercado onde está inserido e a estratégia de marketing de seu empreendimento.

Palavras-chave: Plano de Negócios, Planejamento, Empreendimento.

[Inscrição 2873]

ADMINISTRANDO CARGOS E SALÁRIOS: UM DESAFIO PARA AS EMPRESAS CONTEMPORÂNEAS

Oliveira, Fabiana K. M. B.¹(PG); Branchini, Michele A. S.¹(PG); Pizeti, Alessandra S. A.¹(PG); Bergamini, Juliana L. O.¹(O)
fabianamboliveira@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

As empresas estão sempre buscando se modernizar, algumas questões são importantes, por exemplo, como atingir um patamar desejado numa sociedade que está sempre mudando, ou, qual o diferencial de sucesso das empresas no mundo globalizado, ou ainda, o que fortalece a marca de uma empresa no mercado? Nesse sentido, o diferencial competitivo fez com que as empresas se conscientizassem da necessidade de rever modelos de gestão, preparando-se para novos desafios, gerando resultados positivos organizacionais, mesmo porque, o grande desafio da atualidade é entender a rapidez das mudanças nesse cenário. Para entender com mais exatidão sobre os desafios que englobam cargos e salários, um PET situado em Bebedouro, foi alvo da pesquisa. O objetivo é analisar como as empresas administram cargos e salários na contemporaneidade. A metodologia utilizada para sua elaboração foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa exploratória, que tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, objetivando a elaboração de problemas mais exatos para pesquisas posteriores, promovendo familiaridade com o problema. Os resultados apontaram que, embora a empresa PET seja nova no mercado, seus colaboradores estão quase todos satisfeitos com o salário que recebem, bem como com as atividades que desempenham. O diferencial desse PET para outros em Bebedouro são os 5% pagos de comissão, para os funcionários do banho e tosa, como forma de incentivá-los a querer fazer o trabalho sem demora, pois quanto mais animais conseguirem atender (porém com qualidade), mais ganharão junto ao salário. É preciso rever alguns conceitos sobre administrar cargos e salários na contemporaneidade para que as empresas não percam seus colaboradores capacitados profissionalmente.

Palavras-chave: Gestão, Colaborador, Cargos, Salários.

[Inscrição 2813]

**GESTÃO E CIDADANIA:
MARKETING**

A VIABILIDADE DO E-COMMERCE COMO NOVO MODELO DE NEGÓCIOS EM UMA PEQUENA EMPRESA NA REGIÃO DE PIRANGI – SP

Caramelo, Rodrigo¹(PG); Coelho, Daiane M. P.¹(PG); Nascimento, Neoberto M. H.¹(PG); Rissi, Priscila N.¹(PG); Lima, Gustavo B.¹(O)

rodrigocaramelo@outlook.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Com o advento da Era Digital, inúmeras empresas, independentemente de seu porte, vêm adentrando e participando mais ativamente do comércio eletrônico (e-commerce) e obtendo significativos ganhos monetários e participação de mercado. O comércio eletrônico, mais conhecido como e-commerce, nasceu na década de 90 com a expansão da internet e o surgimento dos primeiros sites destinados a realizar transações comerciais. É um tipo de transação comercial feita especialmente através de um equipamento eletrônico, como, por exemplo, computadores, tablets e smartphones. O Comércio eletrônico compreende qualquer tipo de negócio ou transação comercial que implica a transferência de informação através da internet. Com o desenvolvimento da internet, as empresas passaram a ver o ambiente digital como um terreno fértil com inúmeras oportunidades de exploração. O objetivo central da presente pesquisa é identificar e analisar as vantagens ou benefícios, desvantagens e o modo como o e-commerce vêm afetando o relacionamento entre cliente e empresa (B2C/Business-to-Consumer). Utilizou-se o método de estudo de caso para se analisar a empresa ALPHA (Setor de serviços de informática), estabelecida na cidade de Pirangi-SP. Os principais resultados apontam que: (a) de fato há grandes vantagens em se comercializar produtos eletronicamente, como por exemplo, preços mais atrativos que o comércio tradicional (pois há menos gastos e isso pode ser repassado ao cliente), comparação de preços, comodidade e diversidade de produtos, que podem ser encontrados com facilidade no meio eletrônico; (b) Em contrapartida, observa-se certo receio de alguns clientes em comprar algo que não está presente fisicamente e risco de fraudes presente nas vendas/transações/ pagamentos.

Palavras-chave: Marketing, E-commerce, Varejo Eletrônico.

[Inscrição 2711]

COMPREENSÃO DO COMPORTAMENTO DA TERCEIRA IDADE NO MERCADO DIGITAL

Barbalho, Igor S.¹(PG); Ferrari, Jonatans P.¹(PG); Pereira, Marcos ¹(PG); Carvalho,
Vitor A.¹(PG); Lima, Gustavo B.¹(O)
igorsbarbalho@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Tendo em vista a nova dinâmica de mercado que o marketing digital e o comércio eletrônico trouxeram na sociedade, se tornou extremamente importante entender como a terceira idade se relaciona e se sente em relação a esse novo mundo. Portanto, o objetivo desse trabalho é compreender a relação entre a terceira idade e o comércio eletrônico, bem como quais os sentimentos, as facilidades e principalmente os aspectos negativos que, na visão desta classe de pessoas, norteiam as suas relações com a internet, especificamente o comércio eletrônico. Para tanto propomos uma metodologia baseada nos estudos já existentes acerca do tema, bem como uma pesquisa qualitativa, na forma de aplicação de questionário estruturado via internet em um grupo de 12 idosos. Os resultados alcançados pela pesquisa em comparação as pesquisas anteriores do mesmo tema, nos mostram que apesar de haver um crescimento no uso da internet no geral, os idosos ainda apresentam resistência com o comércio eletrônico. Notoriamente eles utilizam mais a internet do que antes, tanto nos computadores tradicionais como nos celulares e tablet. Porém o uso ainda é muito restritivo à comunicação e entretenimento, e não como comércio eletrônico. Dentre vários fatores explicativos apresentados para justificar o não uso do comércio eletrônico, o principal é o medo em confiar dados pessoais a sites de compras e o não cumprimento do acordado por parte das lojas eletrônicas. A pesquisa então revela que a integração desta classe com a internet existe, mas é lenta e mais ainda, nos mostra que algumas relações, como o comércio eletrônico, são falhas para eles na impessoalidade e desconfiança.

Palavras-chave: Terceira Idade, Mercado Digital, Comportamento do Idoso, Comércio Eletrônico, Internet.

[Inscrição 2966]

A IMPORTÂNCIA DA FERRAMENTA CRM - CUSTOMER RELATIONSHIP MANAGEMENT, PARA FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE

Lopes, Carolina A.¹(PG); Santos, Maria C. S.¹(PG); Silva, Karen S.¹(PG); Oliveira, Michelle C.¹(PG); Cunha, Renan C. G. P.¹(O)

carolinadealmeidalopes@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Atualmente, com tantas opções de mercado, os consumidores estão cada vez mais críticos e exigentes, tornando cada vez mais indispensável para as organizações personalizar suas estratégias de marketing, analisando o comportamento dos clientes, buscando um diferencial no mercado competitivo para fidelização dos mesmos, e assim prosperar. No conceito de que cada cliente existe particularidades, é importante que as organizações entendam e conheçam as reais necessidades de seus clientes. O objetivo principal deste estudo é apresentar a importância da ferramenta de CRM no ambiente organizacional. O CRM – Customer Relationship Management é um software que auxilia as empresas no gerenciamento em geral de seus clientes, por meio da coleta de dados detalhada de cada um, podendo melhorar o relacionamento com os mesmos e usar como táticas mercadológicas. Foram utilizados dois tipos pesquisas: bibliográfica e exploratória, sendo que esta última teve como finalidade desenvolver conceitos sobre o tema abordado, pois a partir da coleta de dados, analisaram-se empresas que utilizam marketing de relacionamento e a ferramenta CRM como estratégia para fortalecer a relação com o cliente, de modo que possa atender todas as suas necessidades em um determinado tempo, podendo ser, de um produto ou serviço. Foram ressaltados os pontos principais de cada empresa que teve resultados eficazes com o uso da ferramenta. Constatou-se que com o acirramento da concorrência no mercado, a ferramenta CRM demonstrou benefícios para as organizações com a eficácia no gerenciamento e coleta de dados dos clientes. Diante disso, é evidente a necessidade de implementação do CRM para que as empresas atendam de forma personalizada, cada cliente com suas particularidades, necessidades e desejos, tornando-os cada vez mais satisfeitos e posteriormente fieis.

Palavras-chave: CRM - Customer Relationship Management, Fidelização, Gestão de Empresas.

INVESTIGAÇÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DE DIGITAL INFLUENCERS NO PROCESSO DE COMPRA

Santos, Danilo H.¹(PG); Fabiano, Luis A.¹(PG); Lima, Everton P.¹(PG); Silva, Everaldo H.¹(PG); Lima, Gustavo B.¹(O)

danilo.henriquesantos@hotmail.com

¹Universitário UNIFAFIBE

Com o advento da Era Digital, a Internet vem modificando a maneira como as pessoas interagem, se relacionam, se expressam, se comunicam e trabalham. Além disso, representa uma importante ferramenta de comunicação, que facilita a propagação de idéias e opiniões, notícias, imagens, vídeos, etc. As mídias sociais ou alternativas (Web Sites, Facebook, Instagram, Blogs, Vlogs, vídeo on-line/ Youtube, rádio on-line, WhatsApp, etc) surgem neste contexto, assim como os digital influencers ou influenciadores digitais (neste caso, trata-se de pessoas, geralmente, famosas/ atores, atrizes, modelos, atletas, etc) formadoras de opinião que, devido ao seu grande número de seguidores nas redes sociais, utilizam estes canais para divulgar marcas, produtos e serviços. O objetivo central da presente pesquisa é investigar se existe ou não influência de digital influencers (pessoas formadoras de opinião nas redes sociais) na decisão de compra de produtos que sejam vinculados com a imagem de marcas. Para alcançar tal objetivo, realizou-se uma pesquisa quantitativa, com amostra de seis usuários das mídias sociais, visando-se descobrir como os consumidores utilizam as mídias sociais no processo de compra e verificar a possível influência de influenciadores digitais. Como principais resultados pode-se mencionar: (a) com base nas respostas dos consumidores pesquisados, identificou-se que estes são ativos no ambiente virtual, uma vez que todos fizeram compras on-line pelo menos uma vez nos últimos seis meses; (b) foi possível constatar que as mídias sociais (digital influencers) já influenciaram de forma positiva ou negativa no processo de compra de determinados itens dos investigados, o que corresponde a dizer que os digital influencers podem “interferir” no processo de decisão de compra de produtos/ marcas de seus seguidores.

Palavras-chave: Mídias Sociais, Comportamento do Consumidor, Processo de Compra.

[Inscrição 3021]

**GESTÃO E CIDADANIA:
POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS
HUMANOS**

APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO E PRINCÍPIOS NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Mathias, Mariana M.¹(G); Cunha Júnior, Alcício V.²(G); Bragiola, Ricardo A.¹(O)
bio.mariana@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE; ²Centro Paula Souza - ETEC Prof. "Idio Zucchi"

Tendo em vista que a administração pública adquire inúmeros bens e serviços, porém ela não dispõe de ampla liberdade para adquirir o mesmo, faz-se necessário que seja realizado uma licitação, que é um processo rigorosamente preestabelecido dentro dos conformes da lei, que visa garantir tratamento isonômico a todos os participantes do processo e a busca do contrato que melhor atenda os interesses públicos. Vale ressaltar que a contratação deve se enquadrar dentro das diferentes modalidades cabíveis ao processo licitatório e que siga cada um dos princípios que rege as licitações. O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo de caso com os devidos enquadramentos da modalidade do processo licitatório e a aplicação dos princípios que regem tal procedimento. O trabalho caracterizou-se com extenso levantamento bibliográfico e um estudo de caso referente aos procedimentos para a realização da licitação nos processos de compras, aplicado a Prefeitura Municipal de Jaboticabal, que buscava a contratação de empresa especializada no ramo de pavimentação asfáltica, visando a realização deste tipo de serviço junto ao Distrito Industrial “José Aparecido Thomé”. Inicialmente foi feita a revisão da literatura especializada, abordando os procedimentos necessários com vistas à legislação. O estudo de caso foi confrontado com a literatura pesquisada e aponta de maneira objetiva que os servidores públicos municipais de Jaboticabal/S.P. buscam seguir a legislação nos procedimentos licitatórios, demonstrando que este não é um instituto inerte, mas que está sempre buscando aperfeiçoar suas formas de contratação e que as empresas participantes por sua vez deve se atentar em observar e cumprir com os princípios e legislações que regulam as licitações.

Palavras-chave: Licitação, Administração Pública, Modalidades Licitatórias.

[Inscrição 2946]

ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Mingatos, Leticia A.¹(PG); Nunes, Gustavo H. S.¹(O)

letmingatos@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

O presente se restringirá a análise da tutela de urgência, especificamente, a tutela antecipada, expondo análises sobre as possibilidades trazidas pelo código de processo civil de ritos processuais de estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente, lado a constitucionalidade do instituto, a viabilidade e conveniência, eis que a sumarização não viola o princípio do contraditório e da ampla defesa, mas visa maior efetividade do direito processual, a fim de que se respeitem as necessidades existentes no direito material, sem esquecer-se o valor da segurança e a importância da certeza jurídica e, uma pretensão jurisdicional célere. A tutela provisória de urgência, em regra, é concedida com fulcro em cognição sumária, ou seja, o juiz não dispõe de todos os elementos de convicção para decidir em juízo de certeza, contudo, eminente o juízo de probabilidade de perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. Tal medida é concedida em caráter excepcional uma vez que conferida a parte antes da oitiva do réu, contudo, esta se dará diante da urgência da fatídica trazida a juízo, contudo, a tutela é concedida inaudita altera parte, razão pela qual com citação do réu tal medida pode frustrar a sua efetividade. Quanto aos citados requisitos, o Código de Processo Civil unificou-os tanto para a tutela antecipada quanto para a tutela cautelar, superando a tênue distinção que o antigo diploma estabelecia. O Código Processual, em seus artigos 303 e 304, admitiu a tutela em sua forma antecedente, ou seja, antes da formalização da pretensão principal pelo autor. Isto posto, face ao caráter antecipatório da medida poderá sofrer alterações em face à coisa julgada (prolação da sentença), exaurindo o réu do cumprimento da medida, ou confirmando-a, por meio desta.

Palavras-chave: Direito Processual Civil, Tutela de Urgência, Estabilização da Tutela de Urgência Antecipada Requerida em Caráter Antecedente.

[Inscrição 2953]

A VALORIZAÇÃO DOS PRECEDENTES NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ATUAL

Felippe, Jady C.¹(PG); Bernardes, Joana C. P.¹(O)

jady.caetano@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

O efeito vinculante obrigatório dos precedentes judiciais, valorizado especialmente pelo Código de Processo Civil de 2015, vem para afirmar, principalmente, a segurança jurídica. Embora o Brasil possua um sistema jurídico baseado em sua essência no civil law, é possível notar que tem-se buscado privilegiar a uniformização das decisões para que se possa atingir o cumprimento das garantias constitucionais e a efetividade processual aos jurisdicionados. Nos tempos atuais fica cada vez mais nítida a busca pela uniformização de posicionamentos dos tribunais, para que então possa se ter a visão de “um só judiciário”, ou seja, estabelecer-se cada vez mais estabilidade nas decisões proferidas. Para se alcançar tal objetivo, tem-se adotado o uso de precedentes, em que pese a lei ainda ser considerada como fonte primária do direito. Todavia não é possível existir um ordenamento em que os responsáveis por julgar as demandas judiciais interpretem a mesma lei de diferentes formas, em casos idênticos. Tal fato geraria uma total insegurança jurídica. A utilização cada vez mais recorrente de decisões prolatadas anteriormente contribui para que as novas decisões proferidas sobre o mesmo tema, desde que não superadas, tornem-se uniformes e o judiciário cada vez mais estável, com isso, os jurisdicionados passam a ter um tratamento mais célere e isonômico. Nesse contexto, o Código de Processo Civil trouxe mudanças que fortaleceram o instituto de precedentes processuais, atribuindo à ordem jurídica maior solidez. Cabe ressaltar que não houve qualquer alteração no sistema, de modo que o ordenamento jurídico segue baseando-se na lei positivada, como fonte primária. Isso, no entanto, não significa que as decisões devem apenas se limitar a análise da lei de forma simples, pois pouco representa, é preciso construir o entendimento se baseando em outros valores sociais.

Palavras-chave: Precedentes Judiciais, Código de Processo Civil, Uniformização.

[Inscrição 2824]

A OBRIGATORIEDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NO CPC/15 EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Camargo, Thamires L. O.¹(PG); Gomes, Luciana A.¹(PG); Bernardes, Joana C. P.¹(O)
thamires_camargo@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

O presente estudo busca analisar a obrigatoriedade da audiência de conciliação e mediação prevista no Código de Processo Civil de 2015 nas ações de família, em especial, nos casos de violência doméstica. O não comparecimento injustificado de uma das partes nas audiências de conciliação e mediação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça, bem como pode acarretar a aplicação de multa. É nessa perspectiva que, o presente estudo visa demonstrar que a audiência designada pode se tornar inviável para a mulher, uma vez que tal procedimento pode lhe submeter a um estado de revitimização, causando-lhe mais sofrimento do que o já vivido no passado. Ademais, a obrigatoriedade no comparecimento vai de encontro aos princípios constitucionais, tais como o da dignidade da pessoa humana, o da autonomia da vontade e isonomia entre as partes, além de colocar em risco a segurança da própria mulher. Assim, questiona-se: É plausível obrigar a vítima de violência doméstica e familiar encontrar o réu em uma audiência de tentativa de conciliação, quando a mesma se manifestou no sentido de não querer comparecer? Até que ponto a vítima é obrigada a se submeter a esse tipo de situação sem que sejam violados seus direitos e garantias constitucionais? É necessário reconhecer a importância do intuito da norma processual com relação às audiências de conciliação e mediação, contudo a reflexão está nos casos em que sua designação é impraticável. Portanto, estabelecer a obrigatoriedade do comparecimento da vítima de violência doméstica nas audiências de mediação ou conciliação, pode ofender os princípios constitucionais e afetar a integridade psicológica da vítima, assim como colocar em risco sua segurança física.

Palavras-chave: Obrigatoriedade, Violência Doméstica, Princípios Constitucionais.

[Inscrição 2779]

A CONFIGURAÇÃO DE ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA DO NÃO COMPARECIMENTO DA PARTE À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Cagliari, Tiago C.¹(G); Silva, Talita S.²(G); Lehfeld, Lucas S.¹(O)
tiagocagliari@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

É notável que no Brasil haja a predominância da cultura da litigância, e em regra todas as divergências nas relações pessoais, negociais e contratuais são direcionadas ao Poder Judiciário para que estabeleça a solução para contenda. Todos os aspectos sociais da evolução dos direitos, o aumento populacional, a facilidade de acesso às informações, constituíram fatores que causam o aumento das demandas judiciais. Por conta do colossal número de processos pendentes de julgamento, os Tribunais em conjunto com o CNJ – Conselho Nacional de Justiça começaram a empreender os meios disponíveis e possíveis para a redução e aceleração dos processos. Uma importante forma de mitigação processual que tem aplicação intensificada pelos tribunais é a Conciliação e Mediação, como método alternativo de resolução das controvérsias. Entre as grandes alterações feitas no Código de Processo Civil, tem-se a realização de Audiência de Conciliação antecedente à resposta do réu, como uma alternativa para a rápida solução do litígio. Dessa forma, após o ajuizamento da ação, o magistrado determinará a designação da audiência para conciliar as partes e solucionar a controvérsia, antes mesmo da resposta do réu. No entanto, é pertinente analisar o parágrafo 8º do artigo 334, do CPC, que determina que o “não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa”. A configuração de atentatório à dignidade da justiça e aplicação de multa para a parte que não comparecer à audiência de conciliação ou mediação, mesmo tendo previamente expressado desinteresse em sua realização, não está em consonância com os princípios do direito, nem com os direitos e obrigações da parte no processo judicial.

Palavras-chave: Audiência de Conciliação e Mediação, Ato atentatório à dignidade da justiça, Multa.

[Inscrição 2925]

AMICUS CURIAE COMO TERCEIRO INTERVENIENTE NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Palma, Cassiana¹(G); Castro, Rosiane G.¹(PG); Bulos, Jaime L.¹(O)
cassiana.palma.cp@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Nos procedimentos processuais civis, para chegar a uma efetividade eficaz é pertinente instrumentos que tenham cunho apoiador, ou seja, produtivo, de modo que o sistema terá êxito em seu curso. A viabilidade de um terceiro intervir no processo judicial há muito se vê em nosso ordenamento jurídico, sendo apresentados. Com a recepção da Lei 13.105 de 16 de março de 2015, que trouxe o novo Código de Processo Civil, veio acompanhado de modificações relevantes, mecanismos para garantir a celeridade processual e o devido processo legal de maneira a demonstrar um melhor rendimento e aplicabilidade no cotidiano forense. Nesse sentido, um dos elementos processuais que sofreram acréscimo foi à intervenção de terceiros. A modalidade *amicus curiae* foi adicionada como meio de garantir função intervencional no processo como sujeito representativo, crucial para acrescentar informações importantes à matéria do objeto da ação, cuja modalidade é o tema do presente artigo. O *Amicus Curiae* é uma modalidade de intervenção de terceiro, sendo que somente autorizado em casos específicos e com repercussão social da controvérsia. Destarte, considerando a relevância da inclusão do *amicus curiae* como forma de intervenção de terceiros, o artigo em tela, tem por finalidade analisar as principais modificações que essa previsão expressa trará para o judiciário, indicando aspectos gerais acerca deste instituto desde seu início, quanto à aplicação, com o propósito de facilitar o entendimento do tema e, principalmente, esclarecer que ele não é parte no processo, posto que não defende seus interesses próprios, mas atua como um contribuinte técnico em benefício da jurisdição.

Palavras-chave: *Amicus curiae*, Novo Código de Processo Civil, Intervenção de Terceiro.

[Inscrição 2969]

DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA NO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Justino, Camila F.¹(PG); Andrade, Natalia A.¹(PG); Nunes, Gustavo H. S.¹(O)
camilaferreirajustino@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

O presente trabalho estudará o incidente de desconsideração da personalidade jurídica sob a ótica do Novo Código de Processo Civil, analisando a utilização dos princípios do contraditório e da ampla defesa. A desconsideração da personalidade jurídica, antes do novo Código, era utilizada e aceita pela jurisprudência para responsabilizar o responsável por atos praticados irregularmente em nome da empresa. Contudo, não havia regramento processual específico, havendo suporte em doutrinas e jurisprudência. Uma vez que a lei material a autorizava, entendia-se que o juiz tinha poderes para determiná-la. Na prática, cada juízo adotava um procedimento para decidir sobre a desconsideração. Alguns decidiam sem contraditório, restando a defesa somente na fase recursal. Outros juízes entendiam ser indispensável à oitiva dos sócios para que pudessem se defender da afirmação da ocorrência dos pressupostos legais para a desconsideração. Mais tarde, a jurisprudência e doutrina passaram a acompanhar este posicionamento, defendendo a impossibilidade de alcançar bens do sócio sem que houvesse contraditório no processo em que a desconsideração era decretada. Então, o Novo Código dispôs o procedimento chamado de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, regido pelos artigos 133 e seguintes, elencado como uma nova modalidade de intervenção de terceiros. A inovação trouxe previsões legais que regem os procedimentos processuais necessários para basear na decisão que confere ou não a procedência do instituto, proporcionando a garantia da aplicação da ampla defesa e do contraditório e conferindo maior segurança aos empresários. A pesquisa foca em demonstrar como o assunto vem sendo tratado pela doutrina e jurisprudência. Será utilizada a pesquisa bibliográfica, jurisprudencial, material eletrônico e artigos jurídicos com ênfase no direito processual civil, empregando o método indutivo para uma visão geral do tema; dogmático, pois essencial à natureza imperativa da ciência jurídica; e dialético para análise dos pontos de vistas rivais sobre as inovações do tema.

Palavras-chave: Contraditório, Ampla Defesa, Desconsideração, Personalidade Jurídica, NCPC.

[Inscrição 2818]

OS PREJUÍZOS CAUSADOS PELA CONCESSÃO INDISCRIMINADA DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA NO MEIO ALTERNATIVO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS POR AUTOCOMPOSIÇÃO

Leite, Mariana S.¹(PG); Freitas, Bruno A.¹(PG); Nunes, Gustavo H. S.¹(O)
marianabarretos_22@hotmail.com
¹Centro Universitário UNIFAFIBE

O Poder Judiciário precisa encontrar meios para reduzir a quantidade de processos em curso. A utilização dos meios alternativos de solução de conflitos é uma forma eficiente de reduzir a sobrecarga do Judiciário. Neste trabalho é abordado apenas o meio de solução de conflitos por autocomposição. No Código de Processo Civil de 2015 ficou evidente a preocupação do legislador em estimular a autocomposição entre as partes. Essa preocupação ficou mais evidente no artigo 3º que prevê que a solução consensual deverá ser estimulada pelos envolvidos no Processo, no caput do artigo 334 que prevê a obrigatoriedade da designação de audiência prévia para tentativa de conciliação e no parágrafo 8º do artigo 334 que prevê a penalização para a parte que não comparecer de forma injustificada na audiência de conciliação. É evidente que há uma tendência de aumento na utilização destes meios para solucionar os conflitos, principalmente em razão das alterações previstas no Código de Processo Civil. No entanto, a autocomposição não é muito utilizada pois encontra algumas barreiras, entre elas a concessão indiscriminada dos benefícios da assistência judiciária gratuita. A Lei 1060/1950 visa garantir a todos o acesso ao judiciário, sem criar nenhuma barreira financeira aos mais necessitados. No entanto atualmente este direito vem sendo conferido de forma indiscriminada e, muitas vezes, tem sido utilizado apenas como blindagem ao risco de ter de suportar o ônus da sucumbência. Portanto, mesmo que o Código de Processo Civil de 2015 tenha visado a responsabilidade processual das partes, a concessão indiscriminada dos benefícios da assistência judiciária gratuita garante a parte beneficiária certa impunidade por pleitear mais do que efetivamente tem direito, uma vez que não terá que suportar a sucumbência pela parte do pedido em que esta fora vencida, e este é o principal foco do trabalho.

Palavras-chave: Alternativo, Autocomposição, Justiça Gratuita, Acordo, Responsabilidade Processual.

A INTERVENÇÃO DO AMICUS CURIAE NO PROCESSO CIVIL: INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO PROCESSUAL

Luz, Thiago R.¹(PG); Lehfeld, Lucas S.¹(O)
thirluz@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

O presente artigo tem como objetivo estudar a inclusão do amicus curie, conhecido em nosso ordenamento jurídico como amigo da corte ou tribunal, como terceiro interveniente no Código de Processo Civil. A participação do amicus curiae já era legitimada em algumas poucas hipóteses processuais, como, por exemplo, nas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) e diretas de constitucionalidade (ADC), instrumentos de controle direto, e controle abstrato de constitucionalidade. Com o advento da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que instituiu o Novo Código de Processo Civil, houve a ampliação das hipóteses de intervenção de terceiros, dentre elas, o amicus curiae, muito embora ainda exista divergência quanto a sua natureza jurídica, sendo considerado em parte da doutrina como apenas um auxiliar da justiça e não um terceiro interveniente. Nada obstante, a previsão deste instituto no Processo Civil demonstra a intenção na implantação de um novo modelo processual civil democrático pautado em princípios constitucionais. Destaca-se a contribuição do amicus curiae para participação popular, através entidade ou de órgão de classe interessado no objeto processual em debate, na construção das decisões judiciais, garantindo-lhes maior legitimidade. O estudo do tema proposto é de suma importância, uma vez que, as modificações acima expostas visam a melhoria da prestação jurisdicional brasileira, com o objetivo de resgatar a confiabilidade do cidadão e garantir valores como da segurança jurídica, da coerência das decisões judiciais, da isonomia dos jurisdicionados. Para elaboração do presente trabalho serão utilizadas pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais, bem como a análise de leis. O material pesquisado será analisado através dos métodos dedutivo, histórico, sociológico, crítico, reflexivo e comparativo.

Palavras-chave: Amicus Curiae, Processo Civil, Intervenção de Terceiros, Democratização, Decisões Judiciais.

[Inscrição 2689]

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO EXTRAJUDICIAL NAS SERVENTIAS NOTARIAIS: ANÁLISE DO IMPEDIMENTO DO ADVOGADO MEDIADOR.

Pereira, Carlos E.¹(G); Bernardes, Joana C. P.¹(O)

carlos.eduardo.ptg@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

A conciliação e mediação vêm ganhando importância no mundo jurídico e, recentemente foi editado o Provimento nº 67, do Conselho Nacional de Justiça, que autoriza os cartórios extrajudiciais a oferecer serviços de mediação e conciliação, atividade antes exclusiva do Poder Judiciário. A desjudicialização como forma ampliadora do acesso à justiça possibilitou que as partes procurem meios alternativos para soluções de litígios através da autocomposição, dessa forma tem como propósito a colaboração com o desafogamento do Poder Judiciário acabando com a “cultura da sentença”. O tema é tratado na Resolução 125/2010/CNJ, no Código de Processo Civil e na Lei 13.140/2016. Todavia, o Provimento nº 67 traz dúvida acerca do mediador poder ser apenas funcionários dos cartórios extrajudiciais ou se há possibilidade de advogados mediadores atuarem naquele âmbito. Dispõe, ainda, que deve ser aplicada a regra do Código de Processo Civil, prevista artigo art.167, §5º, que dispõe que os advogados estão impedidos de exercer a advocacia nos juízos em que desempenhem suas funções. Todavia, os cartórios exercem atividade extrajudicial e a norma citada tem a aplicação para os mediadores judiciais. Caso algum advogado esteja atuando como mediador em uma serventia extrajudicial, estará impedido de exercer a advocacia perante o respectivo juízo correedor da serventia? O trabalho tem o propósito de analisar o conflito entre as normas citadas, concluindo que apesar de ser inovador e ampliar a utilização de meios consensuais de resolução de conflitos, o Provimento tem lacunas que podem criar obstáculos à efetivação. O presente estudo se deu através das seguintes pesquisas: bibliográficas e documental, permitindo acesso a documento acercao por reportagens de jornais, relatórios de pesquisa, material informático, entre outros.

Palavras-chave: Conciliação e Mediação, Serventias Extrajudiciais, Acesso à Justiça, Impedimentos, Advogado Mediador.

[Inscrição 2645]

A OBRIGATORIEDADE DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO E DE CONCILIAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A PARTICIPAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA

Botacini, Decio¹(PG); Pimentel, Jeronimo A.¹(PG); Bernardes, Joana C. P.¹(O)
deciobot@superig.com.br

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Resumo: o novo Código de Processo Civil inovou ao implantar a obrigatoriedade da audiência de Mediação e de Conciliação como primeiro ato, estimulando a autocomposição e a pacificação dos conflitos já no início do processo. Impõe-se como regra a designação da audiência conciliatória, inclusive com aplicação de sanção em caso de ausência injustificada das partes. O presente artigo visa demonstrar a possibilidade da participação da Administração Pública na referida audiência conciliatória frente ao princípio da indisponibilidade do interesse público, a questão do direito indisponível e a impossibilidade de autocomposição (artigo 334 parágrafo 4º, inc. II), bem como a aplicação do artigo 174 do Código de Processo Civil (criação das câmaras de mediação e conciliação da Administração Pública), demonstrar ainda os casos que a Administração Pública está autorizada a transacionar em Juízo, bem como, quando a Fazenda Pública se manifesta impossibilitada da solução consensual do conflito diante da ausência de previsão normativa. Abordaremos também a Lei Federal 13140/2015 que dispõe capítulo exclusivo sobre autocomposição em que for parte pessoa Jurídica de Direito Público. Muito embora a autocomposição extrajudicial se configure importante meio de resolução de conflitos, o presente artigo restringe-se ao exame da resolução consensual no âmbito judicial em conflitos que envolvam a Fazenda Pública. Ao final, conclui-se que transigir não significa, necessariamente, abrir mão do interesse público, mas, em determinadas hipóteses, busca-lo de forma mais eficiente, proporcional e razoável. Inúmeros diplomas legais endossam a idéia de que a indisponibilidade do interesse público não pressupõe uma irrestrita e automática vedação à solução consensual de conflitos no âmbito da Administração Pública.

Palavras-chave: Audiência de Conciliação e de Mediação, Fazenda Pública, indisponibilidade do Interesse Público, Autocomposição.

[Inscrição 3009]

CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM ATUANTES NA ATENÇÃO BÁSICA SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Sequiteli, Thais E. L.¹(IC); Oliveira, Rinaldo E. M.¹(IC); Silva, Arely F.¹(IC); Iglesias, Milena F. G.¹(IC); Pontelli, Bartira P. B.¹(O)

thaissequiteli@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

O Sistema Único de Saúde (SUS), foi criado após a Reforma Sanitária em meados da década de 70 e 80, constituiu em grandes mudanças no conceito de saúde, em todos os níveis de, o profissional de enfermagem é aquele que possui maior contato com os usuários, especialmente na Atenção Básica, efetivando em ações os princípios e diretrizes do SUS. O objetivo desta pesquisa foi identificar conhecimento do sistema de saúde pelos profissionais de Enfermagem atuantes na atenção básica do município de Bebedouro SP. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa através de um instrumento para a coleta de informações semiestruturado através de entrevista com nove Enfermeiros pertencentes à Estratégia de Saúde da Família, foi utilizado um roteiro estruturado com dez questões e analisado através de técnica de análise de conteúdo por categorização. A pesquisa apontou que a maioria dos Enfermeiros conhecem os princípios doutrinários do SUS, receberam capacitação sobre o tema nos últimos dois anos, identificam a importância da participação da comunidade para reivindicar direitos, mas que deveriam conhecer melhor o sistema, ainda nessa perspectiva foi mencionado as funções do Conselho Municipal de Saúde que inclui agilizar processos burocráticos, cobrar ações, aprovar leis e fiscalizar. Reconhecem a atenção básica como porta de entrada para os usuários, identificando prioridades através da classificação de risco e estabelecimento de vínculo através do acolhimento. Em todos os relatos, o mecanismo de referência e contrarreferência foi conceituado corretamente. Além disso, verificou-se a associação entre a universalidade como garantia de saúde para todos com direitos iguais, aplicando na rotina de trabalho o olhar integral para o usuário. Como conclusão da pesquisa faz-se necessário o fortalecimento das ações na Atenção Básica pelo Enfermeiro, para que sejam cumpridos os princípios do SUS e o maior envolvimento da participação social nas ações propostas nos territórios.

Palavras-chave: Enfermagem, Sistema Único de Saúde, Atenção Básica.

DA COMPATIBILIDADE DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA E A LLITIGÂNCIA DE MÁ FÉ

Paiva, Luiza C.¹(PG); Oliveira, Luciano F.¹(PG); Bernardes, Joana C. P.¹(O)

luizacpaiva@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

O Código de Processo Civil atual trouxe uma série de mudanças em nosso ordenamento jurídico, sempre frisando os princípios basilares do direito. Dentro destes princípios podemos citar o Princípio do Acesso à Justiça, disposto no inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal. Conhecido também como Princípio da Inafastabilidade da Justiça; consiste na ideia de que todos têm direito à proteção jurídica do Estado, a partir dos conflitos ocorridos na vida em sociedade. De acordo com este princípio basilar, a sociedade não poderá impedir que o indivíduo procure o juízo com o objetivo de pleitear o que entende como sendo o que lhe é devido. Neste mesmo sentido, não temos como impedir que o jurisdicionado procure justiça quando lhe faltam recursos. Ocorre que, na prática, podemos perceber que a Justiça nunca foi barata e de fácil acesso, tendo a parte que recorrer ao benefício da Justiça Gratuita – instituto processual que permite a isenção no pagamento das custas, despesas processuais e os honorários advocatícios pela pessoa física ou jurídica, brasileira ou estrangeira com insuficiência de recursos prevista na Lei n. 1.060/50 e também no artigo 98, § 1º do Código de Processo Civil. Não obstante, não existem dúvidas quanto às multas processuais aplicadas aos beneficiários da justiça gratuita, pois, de acordo com a legislação estes não irão se isentar do pagamento destas, pois estas não são abrangidas no instituto da Gratuidade da Justiça. Uma dúvida surge: A multa decorrente da litigância de má fé será abrangida pelos beneficiários da Justiça Gratuita? Neste trabalho iremos estudar vários entendimentos doutrinários e jurisprudenciais quanto à litigância de má fé nos casos de Justiça Gratuita, demonstrando que, embora seja uma multa prevista no Código de Processo Civil, muitos entendem que a sua condenação não implica a revogação do benefício da assistência judiciária gratuita.

Palavras-chave: Litigância de Má Fé, Assistência Judiciária, Acesso à Justiça, Custas e Despesas, Multa.

[Inscrição 2822]

DA CONSTITUCIONALIDADE DAS DECISÕES LIMINARES EM TUTELA DE EVIDÊNCIA

Origuela, Nivaldo A.¹(PG); Pavan, Julian ¹(G); Bernardes, Joana C. P.¹(O)
niv.ori@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, foi disciplinado o instituto da tutela de evidência, que já havia sido aplicado conforme previsões na legislação processual anterior, embora não houvesse ainda sua previsão de forma específica. A tutela de evidência aplica-se em casos de contraditório já formado, onde o direito do autor é tão evidente que dispensa o “periculum in mora”, bastando apenas o “fumus boni iuris” para seu deferimento. Entretanto, o artigo 311 da lei 13.105/2015 passou a admitir decisões liminares, em caso do direito ser provado apenas por documentos ou tratar-se de pedido reipersecutório fundado também em prova documental de contrato de depósito, o que caracteriza uma decisão sem contraditório. Tendo em vista o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, pode haver prejuízo para o réu, que ao não contestar a ação deferida liminarmente, não pode nem ao menos alegar a distinção do seu caso com o precedente de IRDR ou Súmula aplicado à demanda. O trabalho objetiva verificar a constitucionalidade das decisões liminares com base no parágrafo único do Art. 311 do CPC, em relação ao inciso II do referido artigo. Através do estudo da doutrina e jurisprudência, artigos, além das justificativas anteriores à legislação atual que corroboravam a aplicação da tutela de evidência, bem como a ADI proposta junto ao STF servem de base à condução do estudo. Apesar da divergência doutrinária sobre a constitucionalidade ou não das decisões liminares, conclui-se que o tema só será pacificado com a decisão final na Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta junto ao Supremo Tribunal Federal, de número 5942.

Palavras-chave: Tutela de Evidência, Código Civil, Liminares.

[Inscrição 2775]

IMPENHORABILIDADE DO SALÁRIO, E DE OUTROS VENCIMENTOS, NO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Gandini, Aline A.¹(PG); Bomfim, Amanda C. T.¹(PG); Bernardes, Joana C. P.¹(O)
alineag19@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Antigamente os devedores pagavam suas dívidas com a sua vida, seu corpo, eram empregados meios violentos. A evolução da sociedade proporcionou mudanças, nos dias atuais é o patrimônio do devedor que responde pelas dívidas contraídas. A fim de proteger a dignidade do devedor e sua subsistência, há no ordenamento jurídico obstáculos com relação a penhora de alguns bens, são os necessários para sobrevivência do indivíduo, ou aqueles que não possuem valor econômico e sim sentimental. Dentre os bens impenhoráveis se encontra o salário, que devido à reforma do código de processo civil, se tornou relativamente impenhorável, desde que o vencimento supere 50 (cinquenta) salários mínimos. Há realmente aqueles que necessitam de seu salário para sobreviver, onde seus vencimentos são sua única maneira de subsistir, em contrapartida há os que não cumprem com suas dívidas, não porque não possuem numerário suficiente, mas sim porque não o querem cumprir. A recente alteração do Código de processo Civil demonstra como o ordenamento jurídico tem tentado se reinventar para proporcionar um processo mais rápido e eficaz, porém 50 (cinquenta) salários mínimos se mostram exagerado e irreal, devedores que recebem bem menos muitas vezes possuem condições de cumprir com suas dívidas, porém não o fazem. Deve ser aplicado o princípio da proporcionalidade a cada caso concreto, já que corre o risco do devedor ter condições necessárias para pagar seus credores, porém não o faz por má-fé, fazendo com que o direito do credor, que é o de receber, não seja levado em conta. O operador do Direito ao se deparar com o caso, precisa considerar a penhora parcial dos salários, utilizando de bom senso e pensando na tutela jurisdicional a ser contemplada que é a satisfação do débito, tornando-a eficaz e justa.

Palavras-chave: Impenhorabilidade, Vencimentos, Credor.

[Inscrição 2831]

SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO, UM AVANÇO NO PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÕES E PRÁTICA DE ATOS, PORÉM UM POSSÍVEL RETROCESSO AO ACESSO Á JUSTIÇA PELO CIDADÃO COMUM NO TOCANTE A PUBLICIDADE DOS ATOS.

Marques, Maria A. P.¹(PG); Melo, Mayra R.²(PG); Bernardes, Joana C. P.¹(O)
angelicamarques.juridico@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Neste estudo buscou-se a investigação sobre a possibilidade de restrição ao acesso da Justiça pelo cidadão comum. Como ideia central a investigação visou um aprofundamento na aplicação dos procedimentos eletrônicos na informatização do processo, para saber se as ferramentas digitais que a priori buscavam agilidade e praticidade no procedimento, não estariam ferindo o Princípio Constitucional de Acesso a Justiça. Pesquisas nos bancos de dados do CNJ Conselho Nacional de Justiça, órgão que regulamenta entre outras coisas, os índices de produtividade do Judiciário, foram a principal ferramenta utilizada neste estudo. Visou-se fazer uma ligação em uma possível dificuldade dos serventuários da justiça, juízes e procuradores, com a dificuldade que supostamente teriam às partes envolvidas no processo. Outro método de pesquisa foram entrevistas com serventuários, por tem acesso direto tanto com as partes como com os advogados e juízes, e também poderiam relatar se eles próprios encontravam dificuldades em manusear o sistema, e principalmente se havia um aumento na busca por informações nos balcões das Varas, mesmo com os processos disponíveis em sítios eletrônicos. A confirmação ou não apontaria para um forte indício de dificuldade de acesso. No entanto os índices do CNJ e as entrevistas com serventuários apontaram para números muito positivos, indicando não só a desburocratização do procedimento como um todo, como o combate a morosidade processual e principalmente, partes e seus procuradores utilizando da distribuição das senhas de acesso ao sistema de forma serena e sem sobressaltos diante a falta do processo físico. Conclui-se com o estudo que após dezesseis anos entre idealização e implantação o processo eletrônico é uma realidade, trazendo ferramentas precisas e funcionais não somente para os agentes do Judiciário, mas também para a população que tem usufruído destas ferramentas para garantia de seus direitos, entre eles, o direito a informação.

Palavras-chave: Processo Eletrônico, Acesso a Justiça, Informatização.

[Inscrição 2812]

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E SUAS PRERROGATIVAS PERANTE O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Bolognesi, Marcela A.¹(G); Bettiol, Jessica F.¹(G); Bernardes, Joana C. P.¹(O)
marcelaangeloni@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Com a entrada em vigor do Código de Processo Civil, introduzido pela Lei 13.105/2015, foram estabelecidas as espécies de procedimentos de acordo com o tipo de obrigação. No caso, a execução de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública fundada em título judicial, passou a seguir o rito do cumprimento de sentença, regulada pelos artigos 534 e 535 do Código de Processo Civil, enquanto a execução fundada em título extrajudicial, por sua vez, encontrou normatização no artigo 910 do mesmo dispositivo legal. Referidos artigos estabeleceram importante inovação relacionada à execução de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública, uma vez que de acordo com a sistemática do CPC de 1.973, independentemente da natureza do título executivo ser judicial ou extrajudicial, havia a necessidade de um processo autônomo de execução. Desta forma, com o advento do novo CPC, não será mais instaurado um processo autônomo de execução, com a citação da Fazenda Pública para oposição de embargos, e sim requerido pelo credor o cumprimento de sentença, com a intimação da devedora para impugnar, se for o caso. Nos limites dos objetivos propostos a pesquisa fundou-se em bibliografia doutrinária nas áreas do direito, artigos e jurisprudência. A partir da análise comparativa entre os artigos, verificou-se que, a partir do estabelecimento das espécies de procedimento, seja fundada tanto em título judicial, quanto extrajudicial, as alterações aplicadas pela Lei 13.105/2015 otimizaram e trouxeram a eficiência necessária à satisfação dos direitos de quem litiga contra a Administração Pública, trazendo a premente e inadiável celeridade processual.

Palavras-chave: Execução, Fazenda Pública, Código de Processo Civil – Lei 13.105/2015.

[Inscrição 2856]

A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E SUA INFLUÊNCIA NO SISTEMA DE PRECEDENTES INSTITUÍDO PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Galo, Livia S.¹(PG); Souza, Bruno R. R. S. R.¹(PG); Nunes, Gustavo H. S.¹(O)
livia_galo@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

A necessidade de fundamentação das decisões judiciais é prevista no artigo 93, inciso IX da Constituição Federal, o qual preconiza que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e todas as decisões fundamentadas, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação. Além da garantia constitucional, a obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais passou a ter previsão legal no Código de Processo Civil de 2015, que prevê em seu artigo 489, §1º, incisos I ao VI, as hipóteses em que uma decisão judicial será considerada desprovida de fundamentação. O art. 489, §1º, inciso VI do CPC/2015 preconiza que não se considera fundamentada a decisão judicial que deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento. Assim, é possível afirmar que a decisão judicial deve enfrentar todas as matérias apresentadas pelas partes, analisar todas as provas produzidas no curso do processo, expor como compreendeu os fatos e como interpretou a norma, demonstrando inclusive o entendimento dos Tribunais sobre o assunto em debate. Portanto, a presente pesquisa concluiu que a fundamentação das decisões judiciais, além de necessária para garantir a segurança jurídica, é imprescindível para a sobrevivência do sistema de Precedentes instituído pelo Código de Processo Civil (artigos 926 a 928 CPC/2015), já que ao prolatar uma decisão, os juízes e tribunais devem observar eventuais precedentes sobre a matéria discutida no processo.

Palavras-chave: Precedentes, Fundamentação, Decisões Judiciais, Novo CPC.

[Inscrição 2793]

PRINCIPAIS ENTRAVES NA CAPACITAÇÃO E ALOCAÇÃO DO INDIVÍDUO COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Sousa, Valquiria A.¹(G); Lopes, Rodrigo J.¹(O)

valquiria_sousa@outlook.com.br

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

A dinâmica de mercado exige das empresas cada vez mais eficiência na realização de suas atividades. Percebe-se que o sucesso organizacional está diretamente relacionado ao recurso humano que a empresa possui. Desta forma, o cenário competitivo da atual conjuntura econômica exige cada vez mais profissionais capacitados, dificultando a inserção dos indivíduos com deficiência. Destaca-se, desta forma, a importância das instituições de ensino para com o processo de aprendizagem e inserção do indivíduo junto ao mercado de trabalho. O objetivo geral do estudo foi verificar os principais entraves no processo de capacitação e alocação do indivíduo com necessidades especiais para com o contexto profissional do mercado de trabalho, relacionando ponto de vista de coordenador e docentes de uma instituição de ensino. Para tanto, utilizou-se o método qualitativo e exploratório, mediante um estudo de campo, cuja coleta de dados ocorreu mediante aplicação de questionários semiestruturados. Dentre os principais resultados, segundo o coordenador e docentes, as principais dificuldades no ensino e aprendizagem começam com a falta de entendimento no convívio familiar, em seguida o despreparo da Rede Estadual de receber os alunos com necessidade especiais. Concluiu-se que o despreparo de alguns docentes, a acessibilidade e a falta de preparo de algumas escolas para acolher esses alunos através da pedagogia do ensinamento, bem como a falta de apoio familiar, representam os principais obstáculos para a capacitação do indivíduo. Já para o contexto de alocação da pessoa com necessidades especiais para o mercado, uma das estratégias para facilitar o processo é preparar o empresário para receber esse funcionário, não apenas para cumprir a lei das cotas, mas para compreender e mostrar a sociedade o seu devido valor de ser humano capaz e produtivo.

Palavras-chave: Pessoa com necessidades especiais, Capacitação, Inserção no mercado de trabalho

A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Pizolato, Rafaela¹(PG); Figueiredo, Thais A.¹(PG); Bernardes, Joana C. P.¹(O)
rafaelapzlt_@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

A produção deste trabalho tem por finalidade estudar a temática da estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, importante inovação jurídica, disciplinada no artigo 304, do Código de Processo Civil. A Lei n. 13.105, de 16 de Março de 2015 modificou o sistema de tutela judicial vigente até então em nosso ordenamento jurídico, realizando a junção do processo cautelar e da tutela antecipada, trazendo uma nova disposição, onde a tutela é gênero do qual as tutelas de urgência: cautelar e antecipada e a tutela de evidência são espécies, podendo ser concedidas frente à urgência ou à evidência do direito material postulado. Este instituto estabeleceu a possibilidade de a decisão que conceder tutela jurisdicional urgente antecipada continuar a produzir efeitos, sem a necessidade de sua reafirmação em um provimento de cognição exauriente. Com a presente pesquisa, objetivou-se avaliar se a decisão estabilizada após o decurso dos dois anos sem a propositura de ação que a revise, reforme ou invalide, é equiparada à coisa julgada material. O procedimento metodológico aplicado a este trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográficas, estudo das legislações aplicadas e jurisprudências. Este trabalho teve como objetivo principal a evolução constante do processo e do instituto da estabilização da tutela antecipada antecedente, ao fim, verificar se é cabível conferir uma interpretação extensiva do instituto analisado. Concluindo, as alterações trazidas pelo CPC de 2015 chegaram com o escopo de proporcionar maior efetividade ao processo e não há dúvidas de que a opção pela estabilidade da tutela de urgência satisfativa requerida em caráter antecedente sinaliza para a construção de uma nova teoria do direito processual em matéria de tutela provisória, buscando sobremaneira a diminuição do formalismo e da utilização da teoria racionalista que vem delimitando o curso do processo civil contemporâneo.

Palavras-chave: Código de Processo Civil, Tutelas Provisórias, Estabilização da Tutela Antecedente.

[Inscrição 2768]

O EFEITO SUSPENSIVO DA APELAÇÃO NA APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL: DA APLICAÇÃO DA TEORIA DO DIÁLOGO DAS FONTES

Romano, Erico C.¹(PG); Nunes, Gustavo H. S.¹(O)
ericocromano@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

Este trabalho se destina a abordar o efeito suspensivo do recurso de apelação no procedimento para apuração de ato infracional. A redação original do Estatuto da Criança e do Adolescente continha disciplina própria, em seu Artigo 198, inciso VI, determinando o recebimento da apelação, como regra, apenas no efeito devolutivo. A situação ocasionava a consequente possibilidade de execução imediata da sentença que impunha medida socioeducativa ao adolescente. Contudo, com a revogação do dispositivo pela Lei 12.010/09 surgiram interpretações divergentes acerca do assunto. O Supremo Tribunal Federal, por exemplo, entende que a revogação do inciso VI faz com que o intérprete seja compelido a adotar o regime recursal do Código de Processo Civil, portanto, impede-se a execução imediata da sentença, ressaltando as hipóteses expressamente previstas em lei em sentido contrário. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tinha entendimento pacífico de que o cumprimento provisório da medida socioeducativa era equivalente à decisão de tutela antecipada, o que permitia a execução provisória da sentença condenatória de ato infracional. Mais recentemente, porém, o STJ alterou o posicionamento e vem permitindo ao juiz determinar o cumprimento imediato da sentença em desfavor do adolescente, mas com fundamento diverso, a saber, regra específica do processo coletivo do ECA que seria aplicável, por analogia, às medidas socioeducativas. Os adolescentes, como sujeitos de direitos, inclusive processuais, estão sendo afetados com essa insegurança jurídica gerada através da multiplicidade de posições. Dessa forma, o trabalho aborda a possibilidade de aplicação da teoria do diálogo das fontes como método alternativo para a solução do conflito de leis no tempo, de forma a integrar as regras do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Almeja-se, assim, interpretação convergente ao princípio da proteção integral dos adolescentes.

Palavras-chave: Apelação, Ato Infracional, Efeito Suspensivo, Diálogo das Fontes.

[Inscrição 2913]

O JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL COMO EXERCÍCIO DA CIDADANIA.

Pelegati, Geovana¹(IC); Lima, Rafael C.¹(O)
gepelegati@hotmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

O exercício da cidadania constitui um desafio lançado em meio à globalização e a pluralidade cultural, de modo que ser cidadão ultrapassa os campos políticos e engloba segmentos jurídico-sociais que se sobrepõem ao individualismo. O constituinte de 1988 preceitua a garantia de processos com prazos razoáveis, com o fim de que a morosidade judiciária brasileira seja sanada, por meio da criação dos Juizados Especiais Criminais. Com a presente pesquisa, objetivou-se estudar o novo modelo imposto na solução das pretensões estabelecidas e analisar seus reflexos na sociedade. A pesquisa bibliográfica iniciou a metodologia de execução do projeto, principalmente aquelas voltadas para o Direito Processual Penal. Além disso, realizaram-se comparações através de dados coletados junto à Comarca de Olímpia SP, com a finalidade de analisar as diversas formas de acesso à justiça. Assim, verificou-se o declínio do número de aplicações de transações penais, ocorrendo 178 no ano de 2015, 156 aplicações dessa medida em 2016 e 135 em 2017. No que tange à reparação civil dos danos, observa-se pouca adesão do jurisdicionado, vez que no ano de 2015 somente 16 casos foram registrados e efetivamente cumpridos, enquanto que em 2016, apurou-se 5 casos de aplicação e cumprimento das medidas e, em 2017, 8 casos. Nesse sentido, muito embora o Juizado Especial já esteja totalmente implantado nas comarcas e o Poder Judiciário tenha atuado na ânsia da aplicação das medidas despenalizadoras, bem como na conscientização acerca da necessidade de seu cumprimento, grande parcela da população que se encontra situada em uma situação de conflito na Justiça Criminal, ou não aceitam tais medidas ou, quando aceitam, não cumprem integralmente as medidas impostas, resultando, assim, na necessidade da aplicação da lei penal em situações que poderiam, perfeitamente, serem resolvidas com medidas menos gravosas e que acarretaria resultados benéficos a todos inseridos na situação de conflito.

Palavras-chave: Juizado Especial Criminal, Cidadania, Justiça Consensual.

[Inscrição 2792]

O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CPC/2015

Alves, Daiana L.¹(PG); Costa, Elisa F.¹(PG); Bulos, Jaime L.¹(O)
daianalandim@gmail.com

¹Centro Universitário UNIFAFIBE

A personalidade jurídica é adquirida mediante a inscrição do ato constitutivo em registro competente (artigos 45, 985 e 1.150 do Código Civil), incorpora-se a esta personalidade direitos e deveres. Esta capacidade jurídica é denominada de autonomia patrimonial. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica se desenvolveu originariamente na Inglaterra e EUA, no século XIX, com o intuito de prevenir o desvio de finalidade de um ente empresarial, bem como responsabilizar a má-fé dos sócios administradores. No Direito brasileiro, a teoria da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica está prevista nos art. 50, do Código Civil e 28, do Código de Defesa do Consumidor, porém não havia a instrumentalização legal do instituto. Para a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, devem estar demonstrados no caso concreto insuficiência patrimonial (requisito objetivo) e o desvio de finalidade ou confusão patrimonial por meio de fraude ou abuso de direito (requisitos subjetivos). Frisa-se que o Código Civil adotou a teoria maior da desconsideração, ou seja, exige a presença de requisitos objetivos e subjetivos para a sua aplicação. Por sua vez, seguindo o entendimento jurisprudencial, o Código de Processo Civil, instituiu procedimento específico chamado de “Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica” (Título III, Capítulo IV), classificando-o como uma nova modalidade de intervenção de terceiros, tornando desnecessária a propositura de ação judicial própria para a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Portanto, a instrumentalização do incidente de desconsideração da personalidade da pessoa jurídica pelo CPC, garantiu a segurança jurídica e a efetivação dos princípios da celeridade processual, economia processual, devido processo legal e contrário e da ampla defesa.

Palavras-chave: Desconsideração da Personalidade Jurídica, Incidente, Código de Processo Civil.

[Inscrição 2807]